

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO**

**ENEL**

**08.11.2023**

\* \* \*

- Abre a reunião o Sr. Thiago Auricchio.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Havendo o número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato nº 160, de 2023, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades e práticas abusivas cometidas pela Enel Distribuição São Paulo na prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica na Região Metropolitana de São Paulo, investigando em especial, no período de 2018 até 2023, as quedas de energia, a cobrança de valores, a atuação operacional, o suporte aos consumidores e prefeituras, a execução da tarifa social, os contratos assinados, a execução dos investimentos e das obras previstas, bem como o estado de conservação da rede de infraestrutura e de distribuição energética.

Registro aqui, com muito prazer, a presença dos nobres deputados Luiz Claudio Marcolino, deputada Carla Morando, deputado Sebastião Santos, deputado Guilherme Cortez, deputado Eduardo Nóbrega, deputado Oseias de Madureira e também temos aqui a presença do deputado Gerson. E justificada a ausência do deputado Luiz Fernando Teixeira. Solicito à secretária a leitura da Ata da sessão anterior.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pela ordem, deputada Carla Morando.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Pedir a dispensa da leitura da Ata, se for de acordo.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Está dispensada a leitura e fica considerada aprovada a Ata da reunião desta CPI. Objeto da Reunião: esta reunião foi convocada com o objetivo de apreciar os itens da pauta, previamente divulgados, e procedermos à oitiva do Sr. Coronel PM Gilmar Ogawa. Vamos, então, aos itens da pauta.

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pela ordem, deputado Oseias de Madureira.

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD** - Gostaria de sugerir que a gente possa começar invertendo a pauta, já no Item 9.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Se for de acordo a todos, vamos passar a Presidência ao deputado Sebastião Santos, por força do Regimento. O Item 9 é de minha autoria, se não me engano. Exatamente.

\* \* \*

- Assume a Presidência o Sr. Sebastião Santos.

\* \* \*

**O SR. SEBASTIÃO SANTOS - REPUBLICANOS** - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nós vamos então ao Item 9.

Requerimento nº 2585, de 2023, que requer a convocação do Sr. Max Xavier Lins, diretor-presidente da Enel Distribuidora São Paulo, para que compareça a esta Comissão Parlamentar de Inquérito no dia 14 de novembro de 2023, às 10 horas e 30 minutos da manhã, no Plenário José Bonifácio, na condição de testemunha, e seja ouvido sobre a apuração de possíveis irregularidades e práticas abusivas cometidas pela Enel Distribuição São Paulo na prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica na Região Metropolitana de São Paulo, trazendo informações e eventuais documentos que reputa necessários à investigação realizada por este colegiado.

*Divisão de Registro de Pronunciamentos*

Eu coloco em discussão o requerimento. Não havendo ninguém para discutir, eu coloco em votação o Item 9. Não havendo oradores inscritos, encerrada a discussão. Aqueles que são favoráveis fiquem como estão. Aprovado, Sr. Presidente. Repasso a Presidência a Vossa Excelência.

\* \* \*

- Assume a Presidência o Sr. Sebastião Santos.

\* \* \*

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pela ordem, deputada Carla Morando.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Gostaria de chamar atenção aqui para alguns outros itens: o 5, o 8 e o 10. Na verdade, no 5 só a primeira convocação, mas os outros todos são a mesma pessoa e acho que isso perde objeto. Acho que teria que... Então 5, 8 e 10, se for de acordo.

E também gostaria de pedir sobre o Item 12, porque esse Sr. Carlo Zorzoli, diretor-presidente da Enel Brasil, foi convocado pela Paula da Bancada Feminista. Este senhor, de verdade, eu acho que ele não é mais presidente há bastante tempo, então acho que não cabe também.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputada, no Item 5, acho que a gente pode deixar como prejudicado, sob orientação aqui da Mesa, apenas a parte...

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Isso, foi o item um que eu falei.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - O item um? Desculpa, eu não tinha pego a sua fala. No Item 12, aqui a orientação, apesar do nome estar

errado, do Sr. Carlo Zorzoli, a gente segue aqui como diretor-presidente da Enel Brasil. Mantendo aqui...

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB -** Perda de objeto?

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL -** Não, mantenho o requerimento e manda para a pessoa correta. Deixar aqui registrado a presença do deputado Bruno Zambelli, e vamos ao prosseguimento da pauta.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT -** Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL -** Pela ordem, deputado Luiz Claudio Marcolino.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT -** Eu acho que isso é importante, sei que a gente passou pela discussão, mas foi importante a convocação do presidente. Acho que todos nós aqui acompanhamos toda a intempérie no final de semana. Acho que boa parte do pessoal sentiu na pele o que, de fato, é a gestão da Enel aqui no estado de São Paulo.

Nobre deputada Carla Morando, tem colocado também desde o começo da CPI que o problema da Enel não é de agora, não é à toa que a CPI está acontecendo. Não é uma CPI do setor elétrico no estado de São Paulo, é uma CPI da Enel. Eu acho que esse final de semana comprovou.

Inclusive, nós temos aqui a Tânia, que é a assessora da Bancada dos Trabalhadores, está desde sexta-feira também sem energia e mora aqui na região próxima do Morumbi. Nós estamos falando que justamente nos bairros nobres da cidade de São Paulo também estão com esse problema. Não tem como uma empresa como a Enel falar que não deu tempo de fazer a recuperação. Só deixar isso registrado.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB -** E que não foi cumprido, diga-se de passagem, porque o prazo deles era terça, que foi divulgado, e ainda tem muita gente sem energia. É um absurdo.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Eu acho que é muito bem colocada a fala do deputado Luiz Claudio Marcolino, complementando com a fala da deputada Carla, porque parece que o problema começou agora, mas a gente sabe de fato que desde 2018, se não o objeto da CPI não era desde 2018, os problemas vinham acontecendo. Mas eu até comentei ontem com uma jornalista que no Brasil parece que precisa acontecer uma desgraça para o problema vir à tona. Infelizmente, a gente viu nesse final de semana o problema que a gente teve com a Enel.

Eu fico triste, deputada Carla, porque parecia que desde o começo desta CPI, desde o primeiro dia, deputado Guilherme, que a gente estava falando com a parede, apenas nós deputados discutindo entre nós um problema grave. A gente viu que nada foi resolvido até hoje, muitas pessoas ainda sem luz. Até ontem, mais de 100 mil residências ainda sem energia, a gente está falando de quase 500 mil pessoas. Então eu fico triste por esse fato.

Como eu falei, precisam acontecer as desgraças para os problemas virem à tona e cabe a nós aqui desta CPI, com muita responsabilidade, tentar buscar amenizar esse problema ou de fato resolver, ao lado de tantos outros que têm entrado nessa briga, agora parece que a Prefeitura de São Paulo entrou nessa briga.

O Governo do Estado já vinha mostrando a sua preocupação, e agora tendo esse reforço do governador eu acho que vai ser muito importante. Com o Ministério Público ontem também se posicionando na tentativa de buscar uma solução. Então eu acho que a gente tem tudo aqui, nós, deputados, relatora Carla Morando, para a gente conseguir resolver esse problema da Enel.

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pela ordem, deputado Oseias de Madureira.

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD** - Eu queria só meu unir ao senhor nesse quesito. Eu acho que, infelizmente, às vezes a gente toma notoriedade em cima de uma desgraça e de uma tragédia. Mas eu queria pontuar a atuação desta comissão, dos deputados que de forma coerente têm vindo em todas as convocações, e dizer que esse problema já está sendo pontuado por esta Comissão há um tempo, desde maio a gente está trabalhando.

Infelizmente, ou felizmente dentro de um contexto que a gente possa avaliar, aconteceu essa catástrofe e trouxe uma notoriedade na mídia e tantas outras situações. Mas basta olhar o trabalho desta comissão, que há de se ver que a comissão está levando com muita seriedade um problema que poderia ser evitado, se houvesse uma postura lá atrás.

Portanto, eu me uno ao senhor. Infelizmente às vezes as coisas só tomam notoriedade depois de uma catástrofe, mas nós continuaremos trabalhando com a seriedade que começamos desde o primeiro dia nesta comissão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB -** Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL -** Pela ordem, deputada Carla. Antes só saudar e cumprimentar o deputado Donato, que também quando vereador participou da CPI da Enel na Capital.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB -** E não funcionou, não é? É impressionante, Donato, como são as coisas. Nem podar árvore. Eu pedi a palavra, presidente, porque está presa na garganta, sabe? Aquela vontade de dar o grito, porque desde maio essa comissão está instalada. Nós viemos nesse trabalho convocando, convidando, fazendo todas as oitivas. E nós sabemos que existe um problema gravíssimo na rede de distribuição no estado de São Paulo, principalmente falando dos 24 municípios, e a Capital, que sofrem, que não é de hoje.

Não precisa ter essa catástrofe que aconteceu no dia três para a gente ter a experiência de ficar sem o fornecimento de energia elétrica adequado. Então, a gente sabe que existe um problema. A gente sabe que não está nem na mão do Governo do Estado, nem na mão da prefeitura, porque é uma concessão federal onde nós também não podemos nem fazer convocação do superintendente da Aneel, porque existe uma decisão que nós não podemos convocar autoridades de entes federados distintos, mas eu quero trazer isso à luz porque isso é absurdo.

Nós, que somos, as pessoas que estão aqui com a barriga no balcão, sofrendo dentro de casa, quando a gente chega do trabalho e a gente quer tomar um banho, quer relaxar, Guilherme, e chega na sua casa, você não consegue subir as escadas porque não tem luz. É perigosíssimo para pessoas idosas, para pessoas que estão em home care, que

precisam do fornecimento de energia elétrica. Cadê essas pessoas que usam do home care e ficaram sem energia? Eu quero pedir aqui para todos os meios de comunicação falarem. Falem o que foi que aconteceu. Alguém saiu prejudicado? Teve alguma consequência maior?

A gente tem um site aberto desde maio, que é [ajudeacpidaenel.com](http://ajudeacpidaenel.com), para toda a população poder se manifestar. Nós fizemos requerimentos para todos os 24 municípios pedindo informações de problemas, Guilherme, “me fala qual é o problema que tem” nessa cidade, naquela. Não foram muitas cidades que nos responderam, né? E agora, agora, com pessoas que morreram, com pessoas que estão sem energia elétrica até agora, até porque foi prometido o retorno de todos até terça-feira, o que não foi cumprido. E não é só isso que a Enel não cumpre, gente.

A Enel não cumpre com a absolutamente nada. E eu quero aproveitar aqui para dizer que a Enel quer jogar esse problema para a árvore e para as prefeituras. Então, eu trago aqui um testemunho e eu tenho provas e vou depois estar entregando, as prefeituras solicitam poda de árvore quando ela atinge a fiação, para a Enel.

A Enel tem 90 dias, Marcolino, para cumprir. Noventa dias. E por incrível que pareça, nas reuniões, inclusive na reunião que nós tivemos no Palácio dos Bandeirantes junto com o governador, todo o pessoal das distribuidoras, também o senhor Sandoval, que é o superintendente da Aneel, enfim, com todo mundo, o Ricardo Nunes, todos os prefeitos ali no Palácio, também, nós perguntamos: “Por que esperar o prazo?” Nós seguimos o que está no contrato.

E não existe empatia com a população. Eu não vou fazer esse trabalho se eu posso fazer em 90 dias. E pior, quando chega a 90 dias, aí eles mandam um comunicado dizendo que o pedido foi errado, não era para pedir poda, Marcolino, era para pedir rebaixamento de copa. Olha, eu ia falar uma coisa aqui, mas eu não vou falar, é palavrão, mas é a mesma coisa: poda e rebaixamento de copa. É para tirar o raio da árvore do fio. Precisa desenhar?

Mas, para a Enel, ela tem que dificultar esse trabalho para todo mundo. Ela não atende as prefeituras nem nos 90 dias, e eu tenho isso registrado. Então a gente precisa ter ajuda das prefeituras, que são elas que estão mais sofrendo, porque elas pedem. Elas pedem: “Preciso da deseletrificação. Preciso podar uma árvore.” Preciso isso, preciso aquilo, e depende da boa vontade que não existe por parte da concessionária.

A gente tem diversos outros problemas. A Enel vem aqui toda hora batendo que precisa fazer o convênio com a prefeitura, certo? E aí, Marcolino, eu pego e digo: como

você consegue fazer um convênio com uma empresa que não te dá nenhuma satisfação? A prefeitura, no caso, que eu vou dizer aqui, a de São Bernardo do Campo: é feito o pedido de poda, está lá; passaram-se mais até de 90 dias, a prefeitura não sabe se aquele pedido foi executado, a não ser que o morador, o munícipe, entre em contato com a Secretaria de Serviços Urbanos, e fale: “Olha, a prefeitura não vai vir tirar esse monte de topo de árvore da frente da minha casa?” É assim que a prefeitura fica sabendo que a Enel fez o trabalho.

Não podia falar? Mas não, a prefeitura pede reunião com a Enel há mais de dois meses para "vamos combinar o jogo", porque a gente precisa deixar a cidade organizada. Eles não têm horário para fazer reunião, deve ter prazo também no contrato de concessão, então é vergonhoso o contrato de concessão que nós temos. São vergonhosos os prazos que estão estipulados. É vergonhoso o cidadão perder a mistura da geladeira dele, que ele trabalha para comprar e não tem dinheiro para repor aquilo, e a Enel não ser obrigada a pagar. Não está no contrato de concessão, Guilherme.

E aí, a gente vai ficar na mão? Desculpa, mas por muito, muito menos, um ente público, um prefeito, um governador, já teria sido afastado e preso. Então, não é racional que nós não tenhamos a visibilidade. E isso que eu disse, o apagão trouxe à luz um problema gravíssimo que nós temos aqui no Estado de São Paulo há muito tempo. E dizer que é um problema gravíssimo que nós temos aqui no Estado de São Paulo há muito tempo. E dizer que todas as outras distribuidoras também têm problemas, mas olha só a diferença: lá em São Sebastião, com aquela tragédia

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputada, vamos dar prosseguimento à pauta.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Um minutinho. Com aquela tragédia em São Sebastião, foi restabelecida a energia em 24 horas, e aqui, cinco dias. Cinco dias. Agora, você passa na frente dos pátios da Enel, todos os caminhõezinhos estão parados. Cadê o funcionário? Bom, desculpa, presidente, eu precisava desabafar, porque estava engasgada.

**O SR.** - Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputado, vamos dar prosseguimento à pauta. Depois a gente abre a palavra, antes de fazer a oitiva.

Item 1 - Deputada Carla Morando. Requerimento n.º 2.566, de 2023, requer em caráter de urgência que sejam enviados ofícios aos 24 municípios da Região Metropolitana do estado de São Paulo abrangidos pela área de concessão da empresa Enel Distribuição São Paulo, nas pessoas dos seus representantes, para que sejam respondidas com brevidade as questões abaixo descritas, em especial com relação aos fatos ocorridos no dia 3 de novembro do corrente ano. No tocante à interrupção do fornecimento de energia elétrica, sem prejuízo de outras, complementares, que porventura possam ser necessárias.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o Requerimento. Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Item 2 - Deputada Carla Morando. Requerimento n.º 2.567, de 2023, requer em caráter de urgência que seja enviado ofício à Enel Distribuição São Paulo na pessoa do seu representante legal, para que sejam respondidas com brevidade as questões abaixo descritas, em especial com relação aos fatos ocorridos no último dia 3 de novembro, do corrente ano, no tocante à interrupção do fornecimento de energia elétrica na área de concessão da Região Metropolitana do estado de São Paulo, sem prejuízo de outras complementares que porventura possam ser necessárias.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o Requerimento. Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 3 - Deputada Carla Morando. Requerimento n.º 2.568, de 2023, requer em caráter de urgência que sejam enviados ofícios às agências reguladoras Aneel e Arsesp, respectivamente, nas pessoas de seus representantes, para que sejam respondidas com brevidade as questões abaixo descritas, em especial, com relação aos fatos ocorridos no último dia 3 de novembro, do corrente ano, no tocante à interrupção do fornecimento de energia elétrica na área de concessão da empresa Enel Distribuição São Paulo, sem prejuízo de outras, complementares, que porventura possam ser necessárias.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o Requerimento. Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

## *Divisão de Registro de Pronunciamentos*

Item 4 - Deputada Carla Morando. Requerimento n.º 2.569, de 2023, requer em caráter de urgência que sejam enviados ofícios ao Ministério Público Estadual e à Fundação Procon, respectivamente, nas pessoas de seus representantes, para que sejam respondidas com brevidade as questões abaixo descritas, em especial, com relação aos fatos ocorridos no último dia 3 de novembro, do corrente ano, no tocante à interrupção do fornecimento de energia elétrica na área de concessão da empresa Enel Distribuição São Paulo, sem prejuízo de outras, complementares, que porventura possam ser necessárias.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o Requerimento. Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 5 - Deputado Carlos Giannazi. Requerimento n.º 2.571, de 2023, requer à CPI a convocação, o Item n.º 1, que fica prejudicado; Item n.º 2, do Sr. Sandoval de Araújo Feitosa Neto, diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, a Aneel; Item n.º 3, do Sr. Marcus Vinicius Bonini, presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo, Arsesp, para que esclareçam a esta comissão parlamentar sobre as razões na demora demasiada da religação da energia elétrica em diversos pontos na Capital e Grande São Paulo. Após as chuvas do último dia 3 do onze, as denúncias de falta de equipes de atendimento nos trabalhos de recuperação nas redes elétricas, e as medidas que serão tomadas para ressarcimentos dos danos causados a pessoas físicas e comércios com falta de energia.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação.

**O SR. SEBASTIÃO SANTOS - REPUBLICANOS** - Pela ordem, Sr. Presidente. Quero pedir vista desse item todo, completo. Todos os itens do requerimento, o número cinco, o seis e o onze também.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente. Para pedir vista conjunta.

**O SR. SEBASTIÃO SANTOS - REPUBLICANOS** - Isso.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputado, obviamente, é direito de cada parlamentar pedir vista de um requerimento, mas eu acho que na situação que a gente vive nos dias de hoje, com o caos que a gente teve no último dia 3, e pelo quase fim da CPI, eu acho que se a gente tiver aí mais quatro sessões, não sei, acho que o prazo aí fica até o meio de dezembro, acho que a gente pedir vista de um requerimento é algo muito ruim. Eu acho que fica até... Membros da imprensa que estão aqui, acho que fica marcante até para esta CPI.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - E eu vejo que de fato tem uma urgência principalmente em relação à Aneel. Eu acho que o primeiro, o Item nº 1, a gente já fez outro requerimento de minha autoria expedindo a convocação, mas eu acho que de fato a Aneel tem que estar aqui, porque a gente fez o convite a eles, a gente foi visitá-los - eu e a deputada Carla Morando -, mas também é imprescindível o Sr. Marcus Vinicius Bonini, presidente da Arsesp, estar aqui para explicar o que vem acontecendo, se essa fiscalização foi feita referente ao dia três de novembro.

E também acho que o Item nº 6, do deputado Guilherme Cortez, é de extrema importância. Eu até ia fazer uma sugestão de esse item se tornar uma convocação, até já colocaria uma data e uma hora, como testemunha, haja vista o que o Sr. Nicola falou ontem, que ele não tem que pedir desculpa para a população de São Paulo pelos fatos que ocorreram no dia três.

Então eu acho que a gente pedir vista de requerimentos hoje é muito marcante. Ficaria muito ruim para esta CPI. É a minha sugestão, não sei qual é a opinião dos demais deputados.

**O SR. SEBASTIÃO SANTOS - REPUBLICANOS** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. SEBASTIÃO SANTOS - REPUBLICANOS** - Eu conheço a área, já estive dentro da área, e convite, neste momento, é chover no molhado. Eu acho que a

gente tem que convocar, entende? Eu acho que tem que haver um requerimento de toda comissão, assinado por todos, se nós queremos realmente concluir o fato.

Nós já temos argumento suficientes para enviar toda a documentação já requerida ao Ministério Público, a quem de direito, para tomar as providências devidas. E, se nós vamos fazer um convite, o camarada vai ficar olhando para nossa cara e dando risada. Não. Eu acho que o momento é o seguinte: é reunir a comissão; definir quais são os pontos principais que nós precisamos fazer aqui; convocação; todos assinam juntos; e vamos para cima. Agora...

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. SEBASTIÃO SANTOS - REPUBLICANOS** - O momento é um momento crítico. A última vez que nós tivemos a queda de árvores, principalmente aqui no Centro, foram 20 dias, 800 mil pessoas sem energia.

Quando eu estava trabalhando na Eletropaulo, houve uma situação em São Bernardo do Campo em que os caminhões foram parados ao lado da rodovia. Os seis caminhões, o vento tombou. Ficou um caos, e nós recebemos uma ordem da seguinte forma, quando eu estava trabalhando na Eletropaulo: coloque para funcionar apenas o que é emergência, hospitais, locais onde estão apenas... o necessário para vida, e o resto ficou apagado quase um mês.

Nós estamos falando de algo que não é de hoje. Eu deixei a Eletropaulo há mais de 30 anos, é uma coisa lá de trás e não vai se resolver apenas com a gente discutindo aqui. Nós precisamos tomar um passo. Eu acho que o relatório precisa ser efetivado, enviado a quem de direito, para que a gente tenha realmente como dar, para as pessoas lá na ponta, um resultado, porque ouvir essas pessoas...

Elas vêm, mas quem está sofrendo do outro lado, quem vai fazer com que os danos que elas estão sofrendo venham a ter os seus ressarcimentos? Então eu mantenho a vista e acho que a ideia é reunirmos a comissão e fazermos um requerimento conjunto, convocando por todos os integrantes da CPI.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL** - Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pela ordem, deputado Luiz Claudio.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Inclusive eu solicito vista conjunta para votar na próxima reunião, mas acho que é importante transformar - se for o caso - em comum, com o conjunto dos deputados desta CPI, aprovar a convocação hoje. Não dá para deixar para semana que vem.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - O Item nº 5 já está como convocação, então, se a gente não...

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - A única coisa que nós temos que ajustar aqui é que, na Enel, nós não podemos fazer...

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - (Inaudível.)

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Eu faria um único aqui agora com todo mundo. Da mesma forma...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Então já vamos... Para a gente não perder tempo, a gente faz em nome de todos.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - É isso, eu acho que mantém a convocação, faz em nome do conjunto da comissão, mais do proponente também, da mesma forma como foi feito no Item nº 9, que é...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pode fazer no modelo do Item nº 9.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Isso. E faz igual para todos, mas eu acho que é importante aprovar a convocação no dia de hoje.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Mas aí, no caso, o deputado Sebastião precisaria tirar a vista para a gente conseguir aprovar hoje.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - A minha está retirada, porque eu tinha colocado para votar na semana que vem. Se, retirando hoje...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Os Itens nº 5 e nº 6, né?

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Todos.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Porque o do Sr. Nicola, que é o do Guilherme Cortez, também acho que é muito importante ouvi-lo na condição de testemunha.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Presidente, só para explicitar o entendimento, então é possível, retirando a vista, que o senhor altere, adicione mais autores, para conseguir aprovar hoje do jeito que o deputado Sebastião sugere.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Então o deputado retira a vista?

**O SR. SEBASTIÃO SANTOS - REPUBLICANOS** - Mediante a convocação, sim.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Então o Item nº 5 já está como convocação, e a gente faz a transformação em nome de todos os deputados aqui presentes. E do Item nº 6, óbvio que, chegando nele, acho que a gente pode - que é o item do deputado Guilherme - transformar em convocação.

**O SR. SEBASTIÃO SANTOS - REPUBLICANOS** - Isso.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Então vamos votar o nº 5. Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

*Divisão de Registro de Pronunciamentos*

Item nº 6, do deputado Guilherme Cortez, Requerimento 2.572/2023. Requer que seja expedido convite, o qual a gente vai transformar em convocação, ao Sr. Nicola Cotugno e à Sra. Márcia Massotti de Carvalho, diretores da Enel, com o objetivo de prestar a esta comissão informação acerca dos apagões ocorridos no estado de São Paulo entre os dias três a sete de novembro, bem como a respeito das obras previstas e do estado de conservação da rede de infraestrutura de distribuição energética. Em discussão.

Então, sendo orientado aqui pela Mesa, vou colocar na condição de testemunha, com a hipótese de não comparecimento, a condução coercitiva. Acho que, para ter celeridade, a gente coloca logo depois. Se vocês quiserem já deixar uma data marcada, a sugestão aqui está como dia 16/11 às 10 horas e 30 minutos.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pela ordem, deputada.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Eu acho que, como nós estamos chegando próximo ao final da CPI, seria muito importante nós termos mais encontros semanais. Se pudesse... Nós teremos na terça-feira um, que é o sr. Max. E na quarta-feira... Não, quarta é feriado. E segunda-feira, é ruim? É ruim segunda?

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Poderia ser na própria terça-feira.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Não dá para ouvir os dois no mesmo dia, porque vai demorar.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Eu acho que, pela urgência, marcaria já na própria terça-feira.

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pela ordem, deputado Oseias.

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD** - Eu queria, acima de tudo, parabenizá-lo pela condução e também pelo anseio de que tudo seja concluído, mas a gente precisa pontuar que esta CPI tem um prazo. Nós temos um prazo aí, meados de dezembro para concluir.

Eu acho que, sentando com o senhor, nós faremos uma agenda intensa para que tudo aqui que precisa ser visto a gente possa concluir com eficiência, mas também chamar todo mundo que precisa ser ouvido.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Então vamos deixar em aberto essa primeira data. Acabando esta reunião, a gente coloca um cronograma nosso para bater todas as datas e finalizar.

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD** - Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Em discussão. Não havendo mais oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item nº 7 da pauta, da deputada Carla Morando, Requerimento n. 2.573/2023. Requer, em caráter de urgência, que sejam enviados ofícios à Fiesp/Ciesp, à Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo, respectivamente, nas pessoas dos seus representantes, para que sejam respondidas com brevidade as questões abaixo descritas, em especial com relação aos fatos ocorridos no último dia três de novembro do corrente ano, no tocante à interrupção do fornecimento de energia elétrica na área de concessão da empresa Enel Distribuição São Paulo, sem prejuízo de outras complementares que porventura possam ser necessárias.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pela ordem, deputada Carla Morando.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Eu gostaria de pedir uma atenção a todos, já por conta da questão de estar chegando próximo ao fim. Eu não coloquei um prazo, um “deadline” para ninguém responder. Será que não seria importante, se todos os colegas concordarem, a gente colocar um prazo de devolutiva, para dar tempo hábil, para poder usar no relatório? Porque senão não vai dar tempo.

Eu acho que a gente dá 15 dias, que já é muito, a partir de hoje. Você acha que seria viável isso? Tudo bem pelos senhores? Então colocar um prazo de todos os ofícios que eu requeri, deixar com prazo de 15 dias para poder...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Eu acho que 15 dias já é o previsto. Acho que a gente pode diminuir isso para cinco dias.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Sim, pode ser.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Então a gente vai editar isso. Os Itens nº 8 e nº 10 ficaram prejudicados.

O Item nº 11, do deputado Guilherme Cortez, Requerimento 2.594/2023. Requer que seja expedido convite ao Sr. Prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, com o objetivo de prestar à Comissão Parlamentar de Inquérito da Enel informações acerca dos apagões ocorridos no município de São Paulo entre os dias três a sete de novembro, bem como a respeito das obras previstas do estado de conservação da infraestrutura urbana. Em discussão.

**O SR. SEBASTIÃO SANTOS - REPUBLICANOS** - Esse item eu pedi vista, Vossa Excelência.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Desculpa. O deputado tinha pedido vista. Vai manter a vista do Item nº 11, deputado.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Eu até gostaria de falar sobre esse pedido, esse convite, porque na verdade a gente não pode perder o foco, porque quem

está sendo investigado nesta CPI é a empresa Enel. Para que a gente mantenha sempre o foco, senão eu não dou conta de fazer tudo. O problema aqui na verdade é a Enel, e não a Prefeitura, enfim.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Pela ordem, presidente.

**O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL** - Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pela ordem, deputada Monica.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Para pedir vistas em conjunto. Em segundo, eu acredito que, Carla, assim como seria muito importante ouvir o Orlando, porque eu tenho certeza que ele tem muito a colaborar sobre a dificuldade de relação da Prefeitura de São Bernardo do Campo, da população e da Enel, o Ricardo Nunes deve ter vivido essa crise de uma maneira singular. Deve saber nos dizer se foi ou não bem atendido, se teve ou não boas informações, se teve ou não apoio da empresa para atender a população de São Paulo. Por isso, eu acredito que ouvi-lo seria de grande importância para esta CPI.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Pela ordem, presidente.

**O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL** - Pela ordem, deputado.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pela ordem, o deputado Guilherme, que estava inscrito antes.

**O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL** - Obrigado. Eu gostaria de fazer coro com a deputada Monica e fazer um apelo. Como a gente está conseguindo nesta comissão ter um entendimento sobre as vistas e encaminhar, eu acho que esse requerimento, da forma como ele foi, poderia até ser reformulado, e vou tentar fazer uma tentativa disso para ver se a gente pode chegar em um consenso.

Eu acho que o objeto do convite que eu gostaria de fazer ao prefeito Ricardo Nunes não é para falar sobre obras previstas, estado de conversação da infraestrutura, mas justamente o que a deputada Monica falou. A deputada Carla, no início, falou com muita razão que a gente precisa do apoio e precisa ouvir as prefeituras que estão sendo inclusive prejudicadas na gestão pública por conta da empresa concessionária em várias cidades da Região Metropolitana.

A cidade que mais foi afetada e também é a maior cidade do estado é a cidade de São Paulo, onde mais pessoas foram prejudicadas, onde até hoje temos milhares de pessoas que estão sem energia elétrica. Sem sombra de dúvidas, eu acho que a contribuição não é para ser investigado, por isso que eu não fiz uma solicitação de uma convocação, porque o Ricardo Nunes não deve ser investigado nesta CPI, não é a CPI da gestão do Ricardo Nunes, é a CPI da Enel.

É um convite para que o prefeito da cidade que mais foi prejudicada, que mais foi atingida por essa crise e que, certamente, tem muito a relatar e muito a contribuir, deputada Carla, assim como todos os prefeitos das cidades que são atendidas pela concessionária podem nos relatar sobre o tratamento da empresa, sobre a resposta que a empresa deu, como tem dito na própria imprensa.

Então, acho que seria oportuno e gostaria de fazer esse apelo para que a gente pudesse reformular, com o sentido de fazer um convite. Um convite não é uma presença obrigatória, não é uma convocação. Se o prefeito não se sentir confortável para vir, mas se ele se sentir confortável para vir, eu tenho certeza que a CPI teria ainda mais embasamento, ainda mais informação se pudesse ter esse testemunho, essa contribuição.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Eu posso fazer, então, uma outra sugestão, se os colegas concordarem? Porque, na verdade, o que está aqui no seu convite é para informação acerca do município. É por isso que eu acho que não é a questão.

Eu concordo em gênero, número e grau que seria muito, muito importante nós termos aqui os prefeitos falando dos problemas da cidade. E aí é onde, de repente, acho que a gente pode tentar combinar, se no dia que vier o presidente da Enel, ter a oportunidade de os prefeitos estarem juntos, porque nós não sofremos na pele lá no município o que eles estão sofrendo, e dar a oportunidade e a visibilidade de eles fazerem esse debate, inclusive, aqui.

**O SR. SEBASTIÃO SANTOS - REPUBLICANOS -** A intervenção.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB -** A intervenção. Se for de acordo, a gente podia convidar, sendo um convite, e a gente sabe que prefeito pode vir no dia, não pode, às vezes tem algum problema, mas de uma forma para que a gente tenha esse embate, aí eu acho que é perfeito.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT -** Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL -** Deputada, só... Luiz Claudio Marcolino.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT -** Só uma sugestão, em vez de ficar só a Prefeitura de São Paulo, todos os prefeitos...

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB -** Não, todos. Vinte e quatro municípios. E aí pode marcar o dia inteiro.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT -** Todos os prefeitos onde a Enel faz a gestão.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB -** E pode marcar, a CPI vai ser o dia inteiro.

**O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL -** Dar a oportunidade para que esses prefeitos confrontem, expliquem, debatam.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL -** Eu faço coro aos colegas, o meu pai também é prefeito de São Caetano do Sul e até ontem estava conversando com ele sobre algumas residências em São Caetano em que ainda não tinha retornado a energia, ou energia em oscilação.

Até na reunião que a gente teve no Palácio, na segunda, os prefeitos também relatando a mesma situação. O prefeito de Cajamar, Danilo, estava hipernervoso. Ele

falou que, sem dúvida, ele vai estar aqui na terça-feira para falar com o presidente da Enel.

Então acho que é importante a gente ter os prefeitos aqui, porque eu nunca fui prefeito, mas me sensibilizo com eles por conta de ter convivido. O meu pai já está no quarto mandato, então o acompanho desde pequeno. E quando a população sofre, eles não vão lembrar do presidente, do governador, eles vão lembrar do prefeito.

Então, obviamente, o prefeito é xingado, a mãe do prefeito é xingada. Até o meu pai brincou, é o celular dele que toca, não é o do presidente da Enel, não é o do presidente da Aneel. Eu acho que até podia, meu pai até brincou, eu queria colocar o endereço do presidente da Enel e o telefone dele para as pessoas ligarem para ele.

Inclusive, eu acho que não adiantaria nada, viu, Marcolino, porque o prefeito de Carapicuíba, Marcos Neves, falou que cinco horas da manhã o telefone dele tocou, no sábado, porque o gerador do hospital de emergência dele não estava mais aguentando. Ele ligou para um, eu nem lembro o nome do cara que vem aqui na CPI de vez em quando, não sei, não lembro, não vou mencionar. Ele falou, “pode me ligar, qualquer problema a gente vai resolver”. O prefeito ligou para ele, mandou mensagem, ele foi responder no outro dia.

Ainda bem que ele tinha o telefone de outra pessoa da Enel, da Enel X, que não tem nada a ver com o assunto, que conseguiu ajudá-lo na questão do hospital. O deputado Sebastião falou de hospitais, de serviços de emergência, mas nem isso a Enel tem dado a atenção devida.

Então, eu faço coro aos colegas, que é muito importante a gente ter a presença dos prefeitos, porque eu acho que eles querem lavar a alma também com a presença da Enel aqui.

**O SR. SEBASTIÃO SANTOS - REPUBLICANOS** - Os interessados poderão estar conosco.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Inclusive, presidente, eu gostaria até de falar, eu estou também em contato com a CPI da Enel no Ceará e eles também gostariam de estar aqui. A comissão vem no dia 14 também, se for marcado nesse dia, para também poder ouvir, participar, e nós entendermos por que essa empresa é tão malvista em todo o nosso País.

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pela ordem, deputado Eduardo Nóbrega.

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Eu, a princípio, tinha conversado com V. Exa. pela manhã, eu era muito favorável ao requerimento do nobre deputado, mas com a proposta feita pela Carla, melhor ainda. Os prefeitos da região Conisud, todos querem estar aqui, Carla. Então, nessa forma, acho que contempla os 24 municípios e a gente acaba fazendo o debate.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - E se a gente... Quem pediu vista a princípio, do deputado Sebastião? E se a gente retirar a vista e editar o...

**O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL** - É a minha proposta.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Convidando todos os prefeitos para estarem aqui.

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Os 24 municípios.

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pela ordem, deputado Oseias.

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD** - Eu quero fazer coro a todos os deputados e também dizer da importância de nós abirmos essa oportunidade. Eu me uno também ao deputado Guilherme, quando os prefeitos não serão investigados, eles serão colaboradores daquilo que precisamos, participando, trazendo informação, porque no combate de frente, quem está é o prefeito, quem recebe a ligação é o prefeito, quem precisa responder ao munícipe é o prefeito. Então, eu concordo de nós abirmos e estendermos aos 24 municípios, para que possam trazer essa colaboração a esta CPI.

**O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL** - Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pela ordem, deputado Guilherme.

**O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL** - Se houver acordo, se o deputado Sebastião puder retirar a vista e, conseqüentemente, a vista conjunta, a gente fazer a reformulação do meu requerimento para fazer o convite para que todos os prefeitos das cidades que estão atendidas pela Enel possam ser convidados para acompanhar a oitiva aqui da CPI.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Se puder colocar também o pessoal da CPI do Ceará, seria delicado da nossa parte ter o convite também. Em nome do deputado Carmelo, que é um dos relatores.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Então o deputado Sebastião precisa concordar com a retirada de vista. O deputado Sebastião concorda?

**O SR. SEBASTIÃO SANTOS - REPUBLICANOS** - Com a retirada de vista desse item, eu acho que ela perde realmente o que é necessário, porque esta comissão tem força para enviar convite a quem quer que seja, independente do que está aqui. Convite pode ser enviado ao estado inteiro. Eu mesmo acho que a população do estado de São Paulo deveria ter conhecimento do que é realmente o caos que está instalado nesses 24 municípios, não só nesse. Em Rio Preto, o vento passou em uma avenida e arrancou tudo.

Nós estamos aqui, eu acho que a comissão pode enviar, por V. Exa. como presidente, o convite a todos os prefeitos dos 24 municípios, e quem se interessar venha até aqui no dia para debater o assunto que for de interesse dele e do município dele. Nós abriremos palavra a eles.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pela ordem o deputado Luiz Claudio.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Só acho que é importante a gente manter o foco da CPI, porque, como eu disse no começo, aqui não é uma CPI do sistema elétrico do estado de São Paulo, é uma CPI em virtude da Enel.

E fazer uma sugestão também sobre esse requerimento, nobre deputada Carla, deputado Guilherme. No requerimento está colocado como dia três a sete de novembro. Eu retiraria, como nós estamos falando com os 24 prefeitos e já foi feito requerimento para trazer informações sobre seus municípios, ficar em relação à gestão da Enel em cada município. Só tirar (Inaudível.) vai vincular só essa data, então eu acho que é a gestão da Enel em cada cidade.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Também mais uma outra sugestão, se puder, fazer a solicitação de um auditório maior, porque acho que vai ter muita gente e a gente vai precisar de um espaço bem maior, porque, se vierem os 24 prefeitos, cada um trazer alguma pessoa junto, um secretário de serviços urbanos, enfim, imprensa e assessoria, acho que tem que ser em um auditório maior. Só isso.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Mas, para deliberar, a gente vai precisar, se a vista está mantida, não adianta nem a gente...

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Nós estamos apresentando um requerimento...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Não, mas o deputado não retirou a vista, o deputado Sebastião.

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - É que o objeto está sendo totalmente alterado nesse novo pedido.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Mas o deputado precisa concordar em retirar a vista, senão a gente tem que ir para o próximo item da pauta do jeito que está.

**O SR. SEBASTIÃO SANTOS - REPUBLICANOS** - Eu vejo ainda essa questão. Nós estamos aqui investigando a Enel, não o município.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Não, eu sei. Na verdade, eu acho que entendi assim, não é para que nenhum dos deputados faça questionamentos aos prefeitos, é para dar a palavra somente a eles, é isso. Se quiser fazer um textinho só para o deputado...

**O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL** - Claro.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Vamos editar, então. Se o deputado concordar, a gente edita da maneira, obviamente, que ficar mais confortável para os 24 prefeitos, de forma expressa, um convite a eles de maneira colaborativa para que eles estejam aqui colaborando com esta CPI.

**O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL** - Nessas discussões, V. Exa. tem acordo para retirar a vista, deputado?

**O SR. SEBASTIÃO SANTOS - REPUBLICANOS** - Vamos retirar a vista em acordo com o que todos os integrantes da comissão convidem os 24 que tenham interesse de vir aqui trazer os fatos de sua cidade para que nós possamos ter o conhecimento por parte deles. Porque convidar prefeito para um assunto que não está no foco do mandato dele, eu acho que não tem nexos algum.

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD** - Pela ordem, Sr. Presidente. Só reiterando para a gente não ficar insistindo, porque nós temos ainda que ouvir o convidado, eu acho que ficou bem claro que a vinda dos prefeitos aqui é para colaborar, agregar àquilo que precisamos de informação. Nada mais, ninguém vai ser investigado, o objeto aqui...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - E pode deixar a data já, que é para o dia 14.

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD** - Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Então, nessas condições, vou colocar em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - É para deixar expresso que não é para que eles venham prestar depoimento.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Foi acordado aqui, mediante a retirada de vista do deputado Sebastião.

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Sr. Presidente, será uma grande contribuição da CPI. Os prefeitos tenho certeza que vão aderir ao convite, fazem questão de estar aqui e conversar diretamente com o presidente da Enel.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Eu acho que, assim como o deputado falou, os prefeitos na segunda-feira estavam até com esse anseio de estar diretamente com os representantes da Enel, porque muitas vezes o que eles falam, acho que o prefeito Orlando deve falar isso e o Dr. Aprígio também, que muitas vezes eles procuram a Enel para ter uma reunião, e ninguém nem é atendido.

Então acho que vai ser uma oportunidade para os prefeitos lavarem a alma, trazerem todos os problemas que eles passam no dia a dia, na sua cidade. Então, a gente pede que o deputado Guilherme Cortez edite esse requerimento para que a gente possa encaminhar aos prefeitos.

**O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL** - Pela ordem, presidente. Apenas para agradecer à V. Exa., à relatora deputada Carla, ao deputado Sebastião e a todos os membros desta CPI pela capacidade de a gente chegar a um consenso, a uma síntese, que eu acho que vai ser muito importante para os trabalhos da CPI. Vou editar e envio prontamente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Obrigado, deputado. Só registrar aqui também a presença do deputado Simão Pedro. Próximo item da pauta, Item nº 13, do deputado Luiz Claudio Marcolino, Requerimento nº 2.598, de 2023,

requer a garantia de indenização no prazo máximo de 60 dias dos usuários, pessoas físicas e jurídicas, do sistema, devido aos prejuízos ocasionados pela interrupção do serviço e fornecimento de energia elétrica. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pela ordem, deputado Luiz Claudio.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Até para aproveitar aí, na semana que vem, a presença do presidente da Enel, se a gente pudesse, deputada Carla Morando, aproveitando aqui também junto com a relatoria, colocar os critérios também de ressarcimento, inclusive para ser a... É isso, dá para a gente poder apresentar inclusive para o presidente. Nós estamos colocando o prazo de 60 dias, mas já colocar para junto com o debate, no dia 14, com o presidente, a metodologia para garantir o ressarcimento de pessoas físicas e jurídicas, qual vai ser o contato com que o pessoal tem que entrar, para a gente tentar formular um pouco essa redação, prova aos 60 dias mais detalhes do presidente na próxima reunião.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Pela ordem.

**O SR.** - Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pela ordem, deputada Monica.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Presidente, não querendo atrapalhar, eu acho superimportante que a gente dê celeridade e todos os esforços para garantir que até o meio de dezembro a gente encerre esta CPI, mas terça-feira é um dia ruim para quem é líder de bancada, como é o meu caso, porque eu tenho Colégio de Líderes no horário em que vocês marcaram a oitava.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputada, mas eu acho que esta sessão vai ser tão longa que vai dar tempo de você ir ao Colégio, voltar, almoçar e voltar para cá.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Eu gostaria muitíssimo de participar dela integralmente e eu gostaria muitíssimo que os outros líderes pudessem participar, porque esse debate vai ser essencial para a gente aprimorar um outro debate concomitante, que é a privatização da Sabesp, que está acontecendo nesta Casa.

Por isso eu queria sugerir de a gente começar mais cedo, no horário desta, só para a gente aproveitar melhor no horário dessa para a gente aproveitar melhor antes de ir ao Colégio de Líderes e dar oportunidade de os outros líderes partidários ouvirem o importante debate que vai acontecer aqui, na terça-feira.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Mas, Monica, vai durar o dia inteiro isso aqui. Não dá, manda o suplente, manda alguém da bancada, porque se nós prorrogarmos mais...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Olha, deputada Carla, até se quiser... Está 10h30, se quiser começar às 09h30, nove horas, por mim... (Vozes sobrepostas.)

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Não, pode começar mais cedo, mas vai ficar o dia inteiro... Pode, por mim pode começar às sete.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Não tem problema.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - O problema é que vai ficar o dia inteiro, mas eu acho que... Só não mudar a data.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - O que vocês acham de 9h30? Dá a oportunidade de iniciar bem o debate, de alguns líderes

*Divisão de Registro de Pronunciamentos*

ouvirem antes de a gente ir ao Colégio, um Colégio em que a gente vai discutir a privatização da Sabesp.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Eu acho que, para mim, sem nenhum problema. Nove, oito...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Então a gente muda para 9h30.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Obrigada, presidente.

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pela ordem, deputado Eduardo.

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Só para entender aqui os trabalhos de hoje, nós temos... Como é que ficou a questão do Sr. Sandoval? Ele foi convocado como testemunha?

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Foi. Ele já foi convocado, está como convocado aqui. (Fala fora do microfone.) Manteve, né? Esse é o que ia fazer um só, né?

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Não, é convocação da testemunha.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Não, esse é o que estava... O do Giannazi, que estava como...

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - (Inaudível.) Juntar com algum, ou não?

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Não, manteve no próprio item (Inaudível.)...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Que foi prejudicado o primeiro e foram mantidos o segundo e o terceiro. Eu não sei se ele está colocado como testemunha, mas a gente pode editar também.

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Nós podemos convocá-lo como testemunha, essa decisão do Supremo...

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - O Item nº 6 transformou de convite para convocação, e o Item nº 5... Só saiu o primeiro item e manteve o restante como convocação também.

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Porque me parece, Carla, que tem alguma coisa, alguma decisão do Supremo, mas, como testemunha, eu tenho muitas dúvidas com relação a ele ser convocado como testemunha. A CPI tem autoridades de poderes judiciais. (Fala fora do microfone.) Justifique-se, né? O fundamento utilizado pelo Supremo não se aplique no caso concreto.

A assessoria me deu um apoio aqui, e parece que a decisão do Supremo se funda no sentido de que eles poderiam ser convocados por todas as CPIs e não conseguiriam realizar suas atividades. Mas, como disse a Carla, nesse caso é um caso específico, e a CPI tem poderes de investigação.

Até porque, Carla, Presidente, nós sabemos que o grande problema de tudo isso está no modelo de concessão, que é federal e bastante prejudicial. Nós temos que discutir isso, até porque as renovações vão acontecer, as novas concessões, e que esses problemas não sejam repetidos, não é isso?

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Bom, vamos dar prosseguimento. A Mesa vai verificar, e depois a gente registra...

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Segundo, presidente, só mais uma dúvida. Como nós estamos com a questão da data, eu queria consultar aqui o querido Cortez com relação à Márcia...

**O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL -** Massotti de Carvalho.

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE -** Parece-me que ela é (Vozes sobrepostas.) diretora de sustentabilidade da Enel Brasil, né? Nesse mesmo dia houve a convocação também...

**O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL -** Sr. Nicola Cotugno.

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE -** Do Nicola. Você sabe quais são as atividades deles?

**O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL -** Diretor executivo, presidente, em alguns lugares consta como diretor executivo e em outros como presidente, em outros...

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE -** Do Nicola, né? A bateria acabou. Não, assim, só para eu...

**O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL -** Podem ser em datas diferentes também, sem problema nenhum.

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE -** Porque aí depois nós temos o presidente da Enel... (Fala fora do microfone.)

**O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL -** Todos vão ser ouvidos.

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE -** Ficou para o dia 14, né? Só para entendimento.

**O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL -** Maravilha. Só não definimos as datas, ficamos de fazer isso posteriormente, sobre esses dois depoimentos. Será que já não fazemos agora, deputada? Do Nicola, que a gente estava em dúvida de para qual data marcava. Não seria melhor já...

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Não, tudo bem, ficaria então...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputada Carla, só respondendo ao deputado Eduardo Nóbrega, a gente não consegue mais, depois que foi aprovado, editar o requerimento, porque ele já foi aprovado, mas, aqui na reunião, a gente pode colocar a condição de que ele vai ser ouvido.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Colocar então a data, da qual estão falando, para o dia 14, para chamar os prefeitos com a presença do Max, e no dia 16 o Nicola, é isso? E a Márcia, né?

**O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL** - Eu tenho acordo, se pudermos definir.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Nove horas, todo mundo?

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Eu não entendi, deputada, qual é a questão?

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - A questão é que eles estão falando das datas, que está sendo uma confusão. Então, ficaria para o Nicola...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - É porque está no mesmo requerimento o Nicola e a...

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Não, mas eles dois vêm no mesmo dia, né?

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Então, mas vocês não queriam separar? Não é isso?

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Não, é o Nicola do Max, só.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Não, o Max é na terça.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB -** É, e o Nicola na quinta.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL -** E o Nicola eu coloquei a sugestão de ser na quinta, ninguém tinha acordado, porque eu falei que depois a gente colocava um cronograma, mas se a gente já deixar uma data preestabelecida acho que fica melhor.

**O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL -** Eu tenho acordo em ser no dia 16.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB -** Quinta, é.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT -** Eu tinha sugerido que fosse no mesmo dia.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB -** Não...

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT -** Não, estou falando que na sugestão que eu fiz no momento é de que fosse no mesmo, e a deputada Carla Morando falou que vamos fazer em dias separados. Se for (Inaudível.) em dias separados não tem problema...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL -** Eu fecharia já no dia 16 às 9h30 também e já deixava marcado. Aqui, a orientação então é para a gente votar novamente com a data, e tem seis, deputado Guilherme Cortez, Requerimento nº 2.572, de 2023, requer que se... Somente colocar já como data, então, dia 16 às 9h30. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que foram favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT -** Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL -** Pela ordem, deputado.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Eu só, antes de encerrar os trabalhos, queria consultar os membros da CPI, até pelo fruto do debate que foi feito hoje. Acho que tem que ter uma decisão não só da CPI, mas de toda a Casa. Queria ler rapidamente uma moção curta para ver se tem entendimento de poder depois conversar com o presidente da Casa, fazer de forma conjunta.

Moção: considerando as quebras de cumprimento das exigências de contrato de concessão cometidas pela concessionária Enel de São Paulo evidenciadas com morosidade no restabelecimento do fornecimento de energia aos usuários do sistema na Região Metropolitana de São Paulo e municípios do interior; considerando que no dia 03/11/2023, quando ocorreram eventos climáticos no estado de São Paulo, ou quando três milhões de pessoas ficaram sem energia elétrica e a presente data, quando ainda o meio milhão de pessoas continuam sem um serviço....

Considerando que a empresa não apresentou, até a presente data, um plano de ressarcimento, de indenização ou de restabelecimento absoluto dos serviços, minimizando o prejuízo da população; considerando que a Enel se comprometeu a restabelecer energia elétrica a todos, até essa terça-feira, 07/11/2023, o presidente da Enel, Xavier Lins, garantiu que suas equipes estavam trabalhando exaustivamente na tarefa de restabelecer o fornecimento de energia, omitindo à sociedade que a empresa reduziu drasticamente o número de funcionários nos últimos anos, reduzindo a capacidade, a reação de eventos como os ocorridos.

Ante o exposto, formulamos a seguinte moção. Acho que esse ponto seria importante que todos os deputados possam (Inaudível.) A gente tem que construir um entendimento: a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo apela à Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arseps) e à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para a suspensão do contrato de concessão com a concessionária Enel de São Paulo.

Como todos nós aqui tínhamos colocado, tem aí uma previsão de alteração, mas eu acho que a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo... Podíamos encaminhar essa moção ao presidente, fosse uma moção aprovada por toda a Assembleia Legislativa solicitando a suspensão do contrato da Enel por não cumprimento do contrato no estado de São Paulo.

**O SR. SEBASTIÃO SANTOS - REPUBLICANOS** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pela ordem, deputado Sebastião.

**O SR. SEBASTIÃO SANTOS - REPUBLICANOS** - Só uma indagação aí ao deputado: nós pedimos aqui uma suspensão, isso aí vai correr todo o rito, quem o senhor teria ideia que assumiria a estrutura dos 24 municípios hoje? Porque nós estamos aqui para criar um fato que beneficia a população, e a gente sabe que toda concessão emergencial é problema maior para a população. Nós já estamos no caos, eu acho que tentarmos uma situação nesse sentido neste momento é...

Em primeiro lugar, o relatório da CPI está sendo feito aí de forma coesa, para que a gente venha levar, a quem é de direito, um debate de uma mudança dos critérios que aí estão hoje funcionando, que estão deixando a população toda sem o contrato que foi feito com a operadora realmente ser concretizado de ambas as partes.

Nós não estamos... Eu não vislumbro, por ser do setor elétrico, por conhecer por atuar no setor elétrico, eu não vislumbro ninguém no estado de São Paulo, nem no Brasil, nem fora do Brasil que possa pegar um contrato nos formatos que aí estão.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pela ordem, deputado Donato, que tinha acho que levantado a...

**O SR. DONATO - PT** - Sim. Bom, bom dia, presidente; bom dia a todos e a todas. Eu acho que o sentido da moção aí que o deputado Marcolino apresenta é um sentido de sinalizar para a sociedade a profunda insatisfação com o serviço da Enel. Vamos lembrar que no estado de Goiás o governador Ronaldo Caiado, com quem todos sabem que eu não tenho nenhuma afinidade, ele praticamente expulsou a Enel de Goiás pelo péssimo serviço, com posições políticas e pressionando a Enel. Então acho que essa CPI tem essa condição. Eu não sei se existe essa previsão contratual, mas imagino que sim, porque em geral as concessões têm, a possibilidade de intervenção.

A Aneel indicar diretores para saber a verdadeira situação, saber exatamente o lucro da empresa, saber a situação de funcionários, mantendo a empresa funcionando, mas sabendo de fato a situação da empresa. É a empresa que - está aí nos jornais - aumentou o lucro.

## *Divisão de Registro de Pronunciamentos*

Aliás, é ela que dá mais lucro no mundo para a Enel. Na Europa está caindo o lucro e no Brasil está subindo. Então aqui a gente está compensando e mandando dinheiro não só para a Itália, porque 23% é do governo italiano, mas tem fundos americanos, fundos...

Que é quem mandam, que é quem mandam. É a resposta do lucro para o capital. Então aqui tem cinco bilhões de lucro. Ela tem cinco bilhões de Euros de lucro no mundo. Então aqui que é mais ou menos 20% do lucro mundial da Enel, sendo que ela está em dezenas de países.

Então aqui não é qualquer lugar e a gente não pode tratar essa empresa como mera exportadora de lucros para suas matrizes ou para os seus fundos que a controlam. Então acho que uma posição dura é necessária.

A moção foi apresentada agora, acho que ela pode ser analisada e a gente avaliar melhor na semana que vem, mas é importante registrar uma posição política de que este Parlamento não está satisfeito com a Enel e vai às últimas consequências para fazer com que essa empresa ou funcione ou saia fora porque não dá para a população.

Até hoje, ontem à noite, lá no Campo Limpo, o povo queimando pneu na Giovanni Gronchi, na Estrada da Carlos Caldeira com a Estrada de Itapecerica, na Agostinho Rubin, que é lá no Capão Redondo, campo de fora, porque é insuportável no mundo de hoje você ficar sem energia cinco, seis dias.

É impossível, impossível, e quando acaba a energia não tem água, não tem nos prédios, não tem... É uma situação inimaginável, inimaginável e a Enel só põe a culpa no vento: “Foi o vento, foi o vento”. Ora, cortou 36% da força de trabalho de uma Enel e vamos lembrar, a Enel não comprou uma empresa pública; ela comprou já uma empresa privatizada, que era a AES Eletropaulo. Não é 98 Eletropaulo. Acho que 98 foi, né?

Até da AES Eletropaulo, até dos americanos a gente está com saudade. Eu como filho de italiano até fico mal falando isso aqui, mas que saudade. Então a gente precisa dar uma sinalização política e é esse o sentido dessa moção.

E formas existem de sancionar e de intervir na Enel para que ela funcione e que a gente tenha todos os números, transparência e que ela não seja uma mera empresa para remeter lucros para o exterior, mas sim para servir à população de São Paulo. Então é esse sentido da moção, mas eu acho que ela não tem que ser apreciada no momento; ela pode ser melhor debatida. Obrigado, presidente.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pela ordem, deputado Luiz Claudio.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Até a gente traz essa moção, inclusive na sub-relatoria desta comissão, da qual tanto eu e o deputado Luiz Fernando fazemos parte, vai constar isso, a questão da suspensão do contrato, mas é importante ter um posicionamento político da Assembleia Legislativa que nós não estamos satisfeito com a gestão da Enel aqui no estado de São Paulo e na Grande São Paulo. Isso eu estou falando que...

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Pela ordem, presidente.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Todas, todas, todas as nossas oitivas, todas elas acabavam com esse mesmo entendimento. Quando ouvimos a Arsesp, quando ouvimos o presidente, quando ouvimos o Procon todos nós aqui sempre questionamos o modelo de concessão que foi feita para o estado de São Paulo pela Enel.

Então acho que esse é o momento agora de colocar esse posicionamento. Acho que essa questão que o Donato coloca da intervenção da Aneel, ela pode fazer isso, faz parte da gestão da Enel das concessões no Brasil afora, mas nós temos que caminhar aqui também esta CPI com esse entendimento.

Vai estar na nossa sub-relatoria, mas que é importante que esse entendimento seja do conjunto dos deputados da Assembleia Legislativa. Então é uma posição da Assembleia Legislativa, não apenas aqui da CPI. Pela ordem, presidente.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pela ordem, deputada Monica.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL -**

Manifestar o meu apoio à moção proposta pelo Marcolino, também o ensejo de contribuição ao relatório. Eu acho que esta CPI já nasce desde o primeiro momento, eu acho que justamente pela localização da Carla de acompanhar tão de perto a relação da Enel com a Prefeitura de São Bernardo, vive na pele o dia a dia da desistência, mas também queria falar do lugar de quem já viveu essa situação ontem, no passado.

Eu sou de Itu, interior de São Paulo, que privatizou a água em 2007 com um contrato que previa investimentos milionários não aportados por uma empresa privada, porque quem faz investimento de infraestrutura é só o poder público, BNDES, PAC, etc. Em 2014 a gente ficou completamente sem água, mas além da água a empresa bancou a Enel.

Já virou gíria. Sabe o que é “banciar a Enel”? Não tem canal de atendimento, você não sabe para quem reclamar. Você fica completamente desassistida. Sete anos depois a cidade optou por uma intervenção, a Sabesp ajudou. A água voltou primeiramente com caminhões pipa mandados de São Paulo para a cidade. Depois disso a cidade reestatizou, foi a opção política do momento.

A água voltou com uma certa dificuldade, a gente tem racionamento até hoje na cidade de Itu, mas pelo menos a gente sabe para quem reclamar e os prefeitos ficam atentos, porque se eles não começam muito antes dizer: “O nível do reservatório, vamos economizar”, a população vai armada de ovo na prefeitura reclamar.

Então isso mudou, saber ter acesso à informação, transparência, participação popular e esse testemunho é para dizer que é possível intervir e Itu rescindiu o contrato com a Águas de Itu sem nenhuma multa para ambos os lados. Só rescindiu o contrato. O primeiro ano girou com uma intervenção de sucesso, porque quem tinha água era Sabesp para socorrer - e socorreu - e no ano seguinte a cidade optou pela remunicipalização.

Eu acredito que São Paulo e a região metropolitana vai demandar diversos investimentos. Acho que a gente tem que observar pela obrigatoriedade de transparência e atendimento à população - nisso a Enel falha muito. O Procon quando veio aqui e a Defensoria Pública quando veio aqui, muito antes da crise dessa semana já falava que era impossível ser atendido e falar com a Enel.

E lógico, lá tem monopólio, o cliente não pode ir para outro lugar. Se o cliente está insatisfeito vai fazer o quê? Não tem para onde ir. Então não precisa atender, não

precisa prestar contas. Por isso é possível, mas mais do que possível, é necessário e eu quero aqui deixar explícito o nosso apoio à moção do Marcolino.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Só para dar prosseguimento na pauta, a gente não comentou aqui que o Item 12 estava prejudicado, mas agora dando prosseguimento... Foi a orientação aqui da Procuradoria. Então eu convido aqui à mesa o Sr. Coronel Gilmar, presidente do Conselpa, Conselho de Consumidores da Enel Distribuição de São Paulo.

O Sr. Gilmar é formado na Academia Militar do Barro Branco em 1975 e bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Integrada de Guarulhos, em 1986. Possui diversos cursos de especialização profissional militar, já tendo recebido diversas medalhas e condecorações.

Exerceu uma infinidade de funções na Polícia Militar do Estado de São Paulo e tem no currículo várias publicações, artigos e monografias, além de participação em bancas examinadoras, conselhos e comissões diversas.

O Sr. Gilmar, então antes de passar a palavra ao senhor, cumpre nos adverti-lo que deve dizer a verdade, não podendo fazer afirmações falsas, calar ou negar a verdade a respeito dos fatos do seu conhecimento. Também solicito, aqui ao seu lado, a gentileza de que leia o termo de compromisso de depoente. Então com a palavra o Sr. Gilmar.

**O SR. GILMAR OGAWA** - Termo de compromisso do depoente: “Sob minha palavra de honra prometo dizer a verdade do que souber e me for perguntado, relacionado com a investigação a cargo desta comissão parlamentar de inquérito”. Eu gostaria que carregasse a nossa apresentação. Eu em nome do nobre deputado Thiago Auricchio cumprimento todos os presentes aqui e sem mais demora vamos a nossa apresentação.

O que que é o Conselho de Consumidores de Energia Elétrica? Qual que é o seu papel? No estado de São Paulo nós temos diversas concessionárias. A cada uma delas está ligado um Conselho de Consumidor, isso por imposição de uma legislação federal. No nosso caso nós estamos aqui ligados a Enel. Ligado não quer dizer subordinado.

Quero deixar bem claro isso. Qual que é o embasamento legal da nossa existência? Está na própria Constituição Federal e lá nesse Art. 5º diz que o Estado tem que promover na forma da lei a defesa do consumidor. E lá no seu Art. 170, V, diz que

tanto a ordem econômica quanto justiça social e a defesa do consumidor devem ser prioridades aí das atividades do Estado.

Na verdade, os Conselhos de Consumidores foram previstos em 1993, através da Lei nº 8.631. Lá no seu Art. 13 foi prevista a existência dos Conselhos de Consumidores. Portanto, a existência dos Conselhos dos Consumidores precede a própria existência da Aneel. Isso posteriormente foi regulamentado pelo Art. 38, do Decreto nº 774, de 1993. As concessionárias por definição dessa lei devem criar esses conselhos.

É importante lembrar que o conselho é de caráter consultivo, não deliberativo, voluntário e não remunerado. Então eu não ganho nada para fazer as funções pelas quais eu exerço aqui dentro do conselho e espero que continue desse jeito. O Conselho de Consumidor é voltado à orientação, análise e avaliação do quê?

Dessas questões aí que estão ligadas ao funcionamento, tarifas e adequação. Adequação do quê? Dos serviços prestados ao consumidor final. Todos nós, obviamente, queremos um serviço de qualidade; é para isso que a gente briga. A Aneel, quando foi criada, ficou com a incumbência de organizar os conselhos de consumidores no Brasil.

No Brasil, hoje, nós temos 51 conselhos espalhados nos 27 estados da Federação. Coube a SMA, que é a Superintendência de Mediação Administrativa, a competência para fazer toda essa organização, criação e orientação do seu funcionamento.

Então, na verdade, a gente é gerenciado, conduzido e orientado pela Aneel, não pela concessionária. Tudo isso aí, é importante deixar claro, porque está previsto na lei. Nós tivemos várias resoluções ao longo desse período e, a mais recente, é essa 963, que estabeleceu essas condições gerais para a sua formação, para o seu funcionamento e para a operacionalização dos conselhos.

Uma das características do conselho, é que ele é, inicialmente, criado pelas concessionárias. Ele está voltado... - não estou conseguindo enxergar daqui. Vou falar de cabeça - Ele tem uma série de detalhes de criação que buscam fazer com que os serviços de energia elétrica sejam alcançados na sua qualidade, na sua essência. Eles são compostos por representantes das classes de consumo, conforme definido em legislação federal.

Então, qual é, basicamente, a composição dos conselhos em função disso aí? Nós temos membros que são obrigatórios. Nós temos o residencial, o rural - eu

## *Divisão de Registro de Pronunciamentos*

represento, especificamente, a classe rural, por indicação da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo.

Temos a indústria, que é representada, no nosso conselho, pela Fiesp, o comércio, que é representado pela Fecomercio, e o poder público, que é representado pela Associação Paulista de Municípios. No nosso caso aqui, a representante é a Dr. Dalva, que faz parte do nosso conselho. Existem, também, membros facultativos, como são o Procon, o Ministério Público e a Defensoria Pública, com o objetivo... Se quiserem participar, eles não são obrigados.

Existe uma indicação da concessionária, que é uma funcionária que exerce as funções de secretária executiva. Ela cuida de toda a parte administrativa do conselho. Lembrando que a gente é voluntário, não somos remunerados e não temos dedicação exclusiva para essa atividade. Hoje, a dona Michele Agnes representa essa nossa secretária executiva, e a Carla representa a suplência desse nosso conselho.

Qual é a nossa relação e o controle feito pela Aneel? Nós temos que trabalhar em harmonia. Então, o controle do recebimento do Plano Anual de Atividades e Metas, a gente chama de PAM... Nele, a gente faz uma previsão de tudo o que a gente pretende fazer durante o ano.

Desse plano anual, depois, é emitido um relatório, cujo o detalhamento, desse relatório, eu trouxe o do ano passado, que nós fizemos. Deixo aqui para a Presidência, para conhecimento das atividades que a gente realiza.

Nós temos o orçamento. Esse orçamento é programado, agora, no mês de outubro. Nós já fizemos o nosso planejamento. Depois, ele segue para a Aneel, e nós temos que cumprir esse cronograma.

Ali, estão previstas as reuniões do conselho, as participações em atividades técnicas, fora da área de concessão, a promoção de eventos na área de concessão - que eu vou mostrar alguns exemplos de como é que isso acontece -, os serviços administrativos, o treinamento e, também, a capacitação, que são feitos por aqui, para habilitar as suas funções, materiais e divulgações do conselho e, também, descrições - deixa eu ler aqui - da divulgação do conselho.

Então, basicamente, a gente trabalha em cima de cada uma dessas funções que estão previstas na 963. Nós não inventamos nada. Nós temos que seguir o que está sendo feito aí.

## *Divisão de Registro de Pronunciamentos*

Periodicamente, nós fazemos encontros por classe de consumo. Eu vou mostrar um pouquinho algumas fotos dessa atividade, porque ela é muito importante, e a gente faz dentro da nossa área de concessão, da área dos 24 municípios.

A importância do conselho junto a Aneel. Então, é contribuir com propostas do regulatório, incorporando, principalmente, a variável local. Participação em audiências públicas. A gente tem feito isso com bastante frequência - em consultas públicas. A gente sempre presta esse tipo de colaboração para o aprimoramento do sistema. A interação também com outros órgãos de defesa do consumidor, que a gente faz.

Então, aqui, para exemplificar, nós temos alguns desses trabalhos que nós realizamos. Aqui nós temos, por exemplo, a sexta revisão tarifária periódica, que foi feita uma consulta pública sobre concessões vincendas de distribuição de energia elétrica, tomadas de subsídios para o “sandbox” regulatório, e a avaliação dos resultados do regulatório da Resolução nº 888, de 2020. Então, são documentos com características mais técnicas, que a gente elabora para o aprimoramento do sistema.

Na última revisão tarifária, que ocorreu agora, este ano, nós temos dois momentos, a revisão tarifária e o reajuste tarifário. O reajuste é anual e a revisão ocorre a cada quatro anos. Nessa revisão, nós tivemos uma redução dos nossos índices tarifários. Então, diminuiu.

Aí, um exemplo da variação durante esses cinco anos e como é que nós estamos hoje em dia. Então, houve aqui, por exemplo, apenas para exemplificar, o pessoal da área de comércio, da indústria etc., menos 1,12% da queda de energia, do índice tarifário. Aqui, também, a gente conseguiu fazer um trabalho, e conseguimos reduzir, do ano passado para agora, em menos 1,12 por cento.

Então, é lógico que essas atividades todas exigem uma dedicação, um trabalho permanente de todos os cinco membros que compõem o conselho. Nós temos alguns exemplos de algumas contas de 2022 e 2023, mostrando que, realmente, houve uma redução no valor que se paga, considerando a simulação que foi feita com base nesses indicadores que tem o valor negativo. Então, aí é um exemplo desses dados.

Aqui, para finalizar a nossa apresentação, nós estamos mostrando os encontros por classe de consumo. Esse aqui, por exemplo, foi feito em São Lourenço da Serra, porque nós temos problemas lá com os nossos produtores rurais, e foi pedido para que a gente fizesse um trabalho trazendo os membros, não apenas da Polícia Ambiental, por causa das questões de poda de árvore, mas, também, a equipe técnica de Enel, que nunca se furtou a participar desses eventos aí.

## *Divisão de Registro de Pronunciamentos*

Esse aí foi um evento que ocorreu à noite, inclusive, em um dia de chuva, mas é o dia que o produtor rural pode sair da roça e ir para reunião. Se eu marcar em outro dia, eles não vão. Então, a gente tem que se adaptar a isso aí.

Essa outra aqui, por exemplo, foi um encontro da classe poder público. Então, nós convidamos os 24 prefeitos para participar. Essa reunião foi feita na sede da PM da Associação Paulista de Municípios. Na época, quem presidia o conselho era a Dr. Dalva. Então, ela fez a organização desse evento perante aquele público do poder público.

Aqui, é o encontro da classe residencial. Então, nós fizemos esse encontro, chamamos o pessoal, principalmente, das associações de síndicos, tanto horizontal quanto vertical, para podermos discutir problemas relacionados ao fornecimento de energia elétrica e a sua qualidade.

Todos esses encontros, sempre, a gente traz alguém da diretoria da Aneel, alguém da área técnica da Aneel, para poder explicar os problemas que ocorrem para aquela classe de consumo em específico. Aqui, no caso, foi uma reunião que foi feita na Fiesp para o pessoal da indústria.

Esse aqui foi o encontro, feito esse ano, da classe comercial, que a gente fez lá na nossa sede, na Rua 24 de Janeiro. Então, apenas para exemplificar como é que funciona o nosso Conselho de Consumidor de Energia Elétrica.

Então, fora isso, como a gente tem atividades que são fora da área de concessão, nós temos, pelo menos, uma vez por ano a reunião de todos os conselhos de consumidores do Brasil.

Aqui eu trouxe até um relatório de como é essa atividade e eu deixo aqui para o nosso presidente conhecer um pouquinho sobre como nós fazemos. A gente faz esse relatório para, depois, poder divulgar para os demais membros que não puderam estar naquele encontro.

A gente fica aqui à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - O deputado Oseias já tinha solicitado o primeiro encaminhamento. Então, deputado Oseias com a palavra

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD** - Sr. Presidente, senhores colegas deputadas e deputados, hoje eu penso ser um dia muito importante para esta comissão.

## *Divisão de Registro de Pronunciamentos*

Sem dúvida, passa por um momento que a população anseia e urge, neste exato momento, em decorrência do caos instaurado, sem dúvida, no abastecimento de energia elétrica desde sexta-feira.

Nós recebemos hoje um convidado que, sinceramente, eu espero muito que ele traga contribuições a aquilo que a gente pensa ser valioso às nossas investigações. Ao nosso ver, não há dúvidas que os eventos da última semana, especificamente, os efeitos da chuva que ocorreu na última sexta-feira, todos foram desencadeados e, sem dúvida, faço questão de pontuar que eles poderiam ser evitados.

Sem dúvida, nós estamos muito preocupados com a forma que essa situação está sendo conduzida. Nós gostaríamos que esta CPI continue apresentando, a todos aqueles que são convidados, uma real posição de ouvir, e termos, para nós, as respostas devidas, para que possamos chegar a um consenso daquilo que está sendo investigado. Eu digo isso me solidarizando com toda a população paulista, que vem enfrentando hoje, sem dúvida, um grave problema. Repito: ele poderia ser evitado.

Não posso deixar de pontuar, até como pastor, que, no evento que aconteceu nesse final de semana, a gente teve a informação de que muitas denominações e igrejas evangélicas, tanto creches, asilos, tantas perdas que nós tivemos em pessoas que perderam os seus alimentos que estavam na geladeira. Sofreram com tudo isso e, sem dúvida, a comunidade foi afetada.

Eu advirto, e falo com muita tranquilidade, que as perguntas que serão realizadas aqui ao senhor, elas serão realizadas com objetivos claro, e com um único foco: entender o porquê da população de São Paulo estar sofrendo tanto, de forma injusta. O compromisso do presidente desta CPI, bem como da relatoria, e de todos os colegas deputados que aqui estão, tem sido uma investigação com integridade e rigor.

Eu penso que a colaboração, do nosso convidado hoje, há de trazer, sem dúvida, para nós, uma segurança, confiabilidade e eficiência naquilo que vamos perguntar. Eu gostaria de perguntar, e pedir ao presidente, se eu posso perguntar, e o convidado responder, ou devo fazer todas as perguntas? Qual é a orientação do senhor?

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Geralmente o pessoal tem feito todas as perguntas, e depois o...

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD** - Pode ser assim então?

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Ou bate-pronto? Uma por vez então.

**O SR. GILMAR OGAWA** - É melhor fazer a pergunta e eu já respondo. Eu acho que é o mais adequado. Estou mais velhinho, aí eu já esqueço as coisas.

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD** - Então, para o senhor não esquecer, nós vamos fazer uma por vez. Pode ser, Sr. Presidente?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Uma por vez é mais fácil.

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD** - Coronel, como estou sendo o primeiro a realizar as perguntas, eu gostaria de perguntar, a fim de elucidar, para todo a nossa comissão. Eu penso que o senhor, nos seus esclarecimentos iniciais, trouxe como funciona a estrutura da Conselpa. Mas eu queria fazer alguns questionamentos, para que o senhor possa, se possível, nos responder.

Como é feita a escolha, ou como foi a escolha do presidente da Conselpa? E como funciona a sucessão deste cargo?

**O SR. GILMAR OGAWA** - A gente coloca em votação, para os membros titulares, quem deseja exercer a função. Na verdade, eu não levantei a mão para ser presidente do conselho. Eu fui conduzido a essa função por decisão unânime de todos os membros do conselho.

Então eu estou bem tranquilo com relação a isso. Porque não me coloquei nessa posição de pedir “eu quero ser presidente, e tal, não sei o quê” porque isso é um trabalho “desgramado”. Eu passo o fim de semana, os horários de folga meus, fazendo esse tipo de serviço. Porque, na verdade, a minha função principal não é aqui. Eu tenho outras atividades. Eu sou assessor especial da Presidência da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo.

Lá eu presto assessoria na área de meio ambiente, porque eu sou originário do policiamento ambiental, recursos hídricos, segurança rural, e energia elétrica. Então a gente tem todas essas funções. E o cargo hoje ele é exercido durante dois anos, podendo ser reconduzido por mais um mandato. Depois eu tenho que ser obrigatoriamente substituído por qualquer um dos outros membros do conselho que o compõem.

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD** - Mais uma pergunta. A Conselha possui um controle efetivo de reclamação? Como é feito o gerenciamento dessas reclamações e sugestões dos consumidores? Banco de dados? Existe um prazo para o tratamento dessas sugestões?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Reclamação existe para tudo quanto é lado. Como nós somos em cinco classes de consumo, cada uma dessas entidades tem as suas reclamações, que são encaminhadas para a gente quando elas são de caráter geral. Eu não estou lá para resolver um problema específico de um usuário. Para isso, nós temos todo um sistema da Enel, que atende a essas reclamações.

Eventualmente, quando há um nível de reclamação que é comum a todas as classes de consumo, a gente leva esse problema à direção da Enel. E a Enel, ela sempre se dispõe a trazer os seus técnicos para prestar esclarecimentos para nós. Afinal de contas, nós somos leigos.

Eu não sou engenheiro eletricista. Então eu preciso, às vezes, de apoio técnico para esclarecer o porquê que está ocorrendo aquele tipo de problema, e quais são, eventualmente, as medidas para solucionar isso aí. Na maioria das vezes, essas soluções ocorrem, elas nos atendem.

Para você ter um exemplo, a Resolução nº 963 exige que o presidente da Enel se reúna com a gente pelo menos uma vez por ano. O ano passado, o presidente Max esteve com a gente em sete reuniões.

Esteve em sete reuniões a pedido da gente. E nesses momentos, é lógico que a gente aproveita para trazer, por cada classe de consumo, as reclamações que são devidas. Por isso que, naqueles exemplos que eu mostrei, no finalzinho da apresentação, nós temos os encontros por classe de consumo. Que daí a gente elabora uma pauta, elenca com cada classe de consumo, quais são os temas que aquela classe de consumo deseja discutir, trazemos os palestrantes, os técnicos.

No caso, normalmente, da Enel, para que eles prestem diretamente esclarecimento para aquele público alvo. Isso ocorre muito, por exemplo, na minha área, que é o produtor rural. Então a gente traz o produtor rural para essa finalidade. Mas antes, o que eu faço?

Me reúno com o presidente do sindicato rural, trago os produtores, eles estabelecem quais são os assuntos que eles gostariam de estar sendo tratados nessa

reunião. Aí a gente monta a pauta e executa a reunião, dentro do dia e horário que eles desejarem.

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD** - Muito bem. Diante de toda essa catástrofe, por fim, o que eu julgo mais importante, eu gostaria de fazer uma pergunta. O Conselpa representa o povo ou a Enel?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Ele representa os consumidores finais. Não representa a Enel. Não representa a Aneel. Lembrem-se que, pela Lei nº 8.663, de 1993, nós existimos muito antes deles. Existimos antes da Aneel. Então é importante lembrar que, quando a gente traz um representante, por exemplo, da Fiesp, a gente está trazendo um representante de toda a classe industrial de São Paulo.

A mesma coisa com a Federação do Comércio, a mesma coisa com a Federação da Agricultura, para poder representá-los. Quando o problema é muito específico para aquela classe de consumo, a gente busca fazer esses encontros para poder solucionar essas questões que são específicas daquela classe de consumo.

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD** - Uma vez que o senhor disse que representa o fornecedor, eu penso que há uma dúvida e um questionamento do povo em ouvir: qual é o plano de indenização, coletiva ou individual, que a Conselpa vai propor à Enel?

**O SR. GILMAR OGAWA** - As questões do ressarcimento por danos provocados já é uma coisa normatizada. Já existe um regulatório para isso. A Resolução nº 1.000, de 2022, se não me engano, ela prevê todo o rito para o procedimento de ressarcimento.

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD** - E qual é o rito?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Você tem que, obviamente, fazer uma solicitação perante a concessionária. Você entra com esse requerimento, com os elementos de prova que eventualmente você tem. Isso vai ser feito uma análise técnica. E você, se tiver razão, você será ressarcido disso aí.

## *Divisão de Registro de Pronunciamentos*

Eu vou dar um exemplo meu mesmo. Uma vez, não tinha nada a ver com tempestade, com nada disso, houve um problema num transformador, e ele acabou jogando 251 volts na minha rede interna. Queimou a minha bomba lá da piscina. E aí a gente fez todo esse processo, previsto na regulamentação, e eu fui ressarcido.

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD** - Ok, do dano elétrico, mas a pergunta...

**O SR. GILMAR OGAWA** - Então, estou falando, o processo é esse. Existe uma regulamentação, no caso é a Resolução nº 1.000, que prevê a forma como você, consumidor final, poderá ser ressarcido por danos causados na rede elétrica e que sejam eventualmente responsabilidade da concessionária.

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD** - Por fim, se a reclamação é individual, existe um projeto para que isso possa mudar, para que a resposta seja coletiva, uma vez que nós temos milhares de pessoas sem energia?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Olhe, tudo na área do sistema elétrico brasileiro é regulamentado pela Aneel. Ela é uma agência por excelência, com técnicos altamente habilitados, e, sempre que há necessidade de se aprimorarem essas normas, é feita uma série de reuniões, internamente. Depois disso pode virar uma tomada de subsídio, depois pode virar uma consulta pública, eu deixei até aqui alguns exemplos de consulta pública, e também de audiências públicas para aprimoramento dessas normas. Então, se houver necessidade de um aprimoramento do que já está previsto, obviamente a gente pode solicitar à Aneel um procedimento para fazer a revisão dessas normativas.

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD** - Qual seria, permita-me, a nota que o senhor daria para o atendimento que a Enel tem dado a todos os consumidores finais, de um a dez, de tudo que o senhor está vendo?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Não entendi. Qual é a nota...

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD** - Qual é a nota que o senhor daria para o atendimento da Enel, dentro daquilo que é o conselho que o senhor preside, para o atendimento que a Enel tem dado ao seu consumidor final?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Olhe, se a gente considerar que nada no mundo é perfeito, a gente pode dar, pelo menos, uma nota oito, porque eles buscam sempre resolver o problema, apesar de que, às vezes, em situações extremas, como a que nós vivemos, nem sempre isso ocorre na velocidade e no pronto restabelecimento, como a gente desejaria. Quando aconteceu essa tempestade, eu nem estava em São Paulo, eu estava no interior, e lá também ocorreu esse problema.

Eu estava na minha chácara, olhei pela janela, e o senhor sabe, como o senhor é pastor, não é? Eu olhei para aquilo e eu falei: “isso aqui é um furacão, isso aqui não é uma ventania, isso aqui é um furacão”, dada a velocidade em que o vento transitou na frente da minha janela, tanto é que derrubou algumas árvores da minha chácara, e eu vi cair na minha frente.

Então é lógico, nessa hora eu rezei um pouquinho, porque eu fiquei com medo de levar o meu telhado embora também. Estava com meu neto lá dentro da casa, você imagina, eu só tenho um neto, então eu fico preocupado. Então a gente vê que fenômenos dessa natureza atingiram muitas áreas do estado de São Paulo, não foi só a região da Enel. A gente precisa lembrar que aqui no estado nós temos 18 milhões de habitantes em apenas 24 municípios. É uma alta concentração de pessoas.

Se a gente levar isso para outros fenômenos climáticos como, por exemplo, enchentes. Todo ano acontecem enchentes, não acontecem? Todo ano tem problemas graves de enchentes e que precisam ser resolvidos. Então eu vejo assim, existem falhas? Existem. E existe a necessidade de aprimoramento do sistema? Existe. A gente aprende com os erros dos outros e aprende também com os nossos erros, não é?

Então eu sou um policial, estou aposentado hoje, mas eu vi, durante 40 anos em que eu trabalhei na Segurança Pública, ocorrerem vários fenômenos sociais, climáticos etc. que ciclicamente se repetem, e eu acho que nós, como seres humanos, que temos a cabeça, a mente, o raciocínio, a gente tem o poder de melhorar isso aí, de buscar soluções. Eu vejo aqui os senhores, excelentes cabeças, pessoas altamente preparadas para as funções que estão aqui, buscando exatamente resolver essa questão, e eu espero que vocês consigam, pelo menos, minimizar esses efeitos, porque as questões das mudanças climáticas estão se tornando com mais frequência.

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD** - Mas eu queria só, e por fim, Sr. Presidente, deixar bem claro. Evidentemente que o senhor falou como ser pastor, mas a questão que a gente está pontuando é a falta de preparo que a Enel não tinha para um evento climático. Todos nós estamos inclinados a passar por esse momento. Eu acho que a natureza, um país tropical... Sem dúvidas a gente vai viver. Agora eu fico extremamente convencido de que, diante de tantos problemas, tantas reclamações, a gente receber uma nota oito, eu acho que a gente está longe de chegar a um consenso, uma vez que a gente pontuou de oito, de zero...

**O SR. GILMAR OGAWA - É...**

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD** - Só concluindo, eu já dou a palavra ao senhor, com a anuência do Sr. Presidente... Eu diria que o oito me assusta, embora o senhor tenha o total direito de expressar o que o senhor acha do trabalho da Enel, mas oito, diante de um caos que nós estamos vivendo, é assustador. Sr. Presidente, eu me dou por convencido, principalmente, depois da nota oito.

**O SR. GILMAR OGAWA - É...** Posso prestar um esclarecimento?

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Eu vou só... Só por um... Eu preciso... Vou me ausentar por cinco minutos, vou até passar a Presidência para o deputado Marcolino. Mas eu acho que é longe de oito. Na minha concepção, e acho que na de todos aqui, a nota é zero. Acho que seria negativo. Se eu fosse professor e a Enel fosse o meu aluno, deputado Marcolino, que é professor, com certeza estaria reprovada de ano por muitos e muitos anos. Deputado Marcolino assume a Presidência dos trabalhos.

\* \* \*

- Assume a Presidência o Sr. Luiz Claudio Marcolino.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Quem é o próximo? Sou eu, não é? Então está bom. Vou primeiro saudar aqui o Gilmar, que é do conselho de consumidores da gestão elétrica aqui, da parte da Enel. Queria fazer algumas indagações. Primeiro, como o conselho e o senhor avaliam a resposta da Enel ao caos criado nas cidades? Ela foi eficiente?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Olhe, considerando que nós estamos em uma situação de um evento extremo, nunca antes vivenciado, como foi, por exemplo, a pandemia, não é? Se a gente considerar se estávamos preparados para aquilo, provavelmente a resposta seria não. Então se a gente olhar sob meramente um aspecto de uma situação pontual, diferente da situação de normalidade, a gente fica preocupado, claro. Em situações de eventos extremos, a gente nem sempre tem as soluções na ponta do dedo para poder colocar para funcionar.

**O SR. PRESIDENTE - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Não, mas a minha pergunta...

**O SR. GILMAR OGAWA** - É como eu falei, a gente aprende com os erros, e espero que, nos próximos eventos, a gente tome essa situação como uma base para o aprimoramento do modelo.

**O SR. PRESIDENTE - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - A minha pergunta foi direta. O senhor faz parte de um conselho, representa um conselho que tem várias classes, e a pergunta é assim: a Enel foi eficiente na resposta?

**O SR. GILMAR OGAWA** - A Enel, se foi eficiente? A gente não pode dar uma avaliação se foi eficiente ou não em função dos recursos que ela tem à mão, ok? Tudo na área da energia tem um custo. Eu vou fazer um paralelo, talvez fique mais fácil para entender.

Algum tempo atrás, quando eu estava na ativa ainda, a gente fez um estudo sobre qual seria a quantidade ideal de policiais por município. E chegamos a algumas conclusões. Poxa, o ideal seria, talvez, sei lá, um policial para cada 100 habitantes. Mas não seria melhor um policial para cada 50 habitantes? Não seria muito melhor se fosse um policial para cada habitante? Não seria muito melhor ainda se fossem dois policiais

para cada habitante? Não, aí é bom, aí nós teríamos que dobrar o efetivo em cinco ou seis ou sete vezes, para poder atingir esse objetivo.

Então se você disser assim, hoje, para atender a essas equipes, o sistema estava preparado? Talvez não. Por quê? Porque o sistema foi dimensionado para uma situação de normalidade, não para uma situação de extremo, porque se você se preparar para o extremo, você terá um custo. Esse custo vai ser repassado para o consumidor final, vocês não tenham dúvidas disso. Tudo na área da energia tem um custo e ele é repassado para o consumidor final.

**O SR. PRESIDENTE - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Mas o conselho...

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD** - Deputado Marcolino, me permite...

**O SR. PRESIDENTE - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - O conselho vai recomendar então à Enel, à Aneel, então, para aumentar o custo para o trabalhador, é isso? Para a população?

**O SR. DONATO - PT** - Então me permite um aparte, deputado?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Então, não foi isso que eu estou dizendo. Eu disse o seguinte...

**O SR. DONATO - PT** - Só para contribuir, deputado, nesse tema.

**O SR. GILMAR OGAWA** - ... que para a gente alcançar a excelência do ideal, você precisa investir. Só que esse investimento, alguém vai ter que pagar, e, na área de energia elétrica, quem paga é o consumidor final.

**O SR. DONATO - PT** - Mas é só... O senhor me permite, deputado, queria dizer, isso me incomoda muito. O senhor é do conselho dos consumidores. O senhor acompanhou que a Enel, de 2019 para cá, diminuiu de 23 mil funcionários para 15 mil funcionários? Então a lógica é a mesma, se aumentar funcionários tem que aumentar a

tarifa, cortar funcionário não é só para cortar o lucro, não é só para aumentar o lucro, teria que...

**O SR. GILMAR OGAWA** - Eu não sei...

**O SR. DONATO - PT** - Então isso impactou, certamente, na capacidade de atendimento da Enel. O número de reclamações, eu nem vou falar desse evento, o número de reclamações da Enel é crescente desde 2018. O conselho de consumidores não verifica esses números? Isso não é um elemento para analisar e cobrar a empresa?

**O SR. GILMAR OGAWA** - O número de reclamações sempre nos é passado em reuniões ordinárias que acontecem no conselho. Obviamente, a gente busca que esses números decresçam sensivelmente. Muitas vezes, a gente propõe soluções, propõe uma forma de agilizar o atendimento disso aí.

Ok? Por exemplo. Se coloca hoje a utilização dos canais digitais para agilizar o atendimento de um grande volume de reclamações. Lembra que nós estamos falando de 18 milhões de pessoas, em uma área de 24 municípios. Então, é um volume bastante grande. Se você for, fazer atendimento individualizado para cada uma dessas situações, nós teríamos que ter uma estrutura monstruosa de atendimento presencial.

Então, o que o que se busca é empregar tecnologia.

**O SR. DONATO - PT** - As lojas de atendimento presencial que existiam forma fechadas, e o povo não consegue acessar pelo telefone. O senhor que defende o consumidor.

**O SR. GILMAR OGAWA** - Ah, sim, sem dúvida. Olha, quando aconteceu o evento, obviamente acabou a energia elétrica onde eu estava. Eu estava no interior, e acabou a energia elétrica, e foi obviamente se expandindo o tempo para poder fazer aquela reposição. Em um dado instante, acabaram as velas de casa. Depois acabaram as baterias dos celulares, depois eu não tinha mais como acessar sistemas digitais.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Sr. Gilmar. (Inaudível.) neste momento. Porque, assim, nós não queremos ouvir a opinião do senhor como pessoa

física. O senhor faz parte de um conselho que representa usuários finais hoje no estado de São Paulo, a partir da resolução hoje do processo de concessões.

Então, a gente gostaria que o senhor respondesse aquilo que nós estamos perguntando a partir do olhar do conselho, e não por questão pessoal de Vossa Excelência.

**O SR. GILMAR OGAWA** - O que o nosso nobre companheiro perguntou, pelo que eu entendi, é se a resposta às reclamações - dentro da normalidade, eu vou deixar bem claro isso aqui -, elas são atendidas ou não. Elas são atendidas. Dentro de uma situação de extremos, como aconteceu, você diria que essa resposta foi muito boa? É claro que não foi, por uma série de razões.

Quando acaba a energia elétrica, acaba uma série de facilidades do mundo digital. Não é? Muita gente ficou sem celular porque não tinha operadora. Nem adiantava, às vezes, até ter energia elétrica, porque operadora estava fora do ar. Por quais motivos? Não sei. Porque, sei lá, caiu a torre, caiu uma árvore lá. Tudo isso pode ter ocorrido.

Então, a gente precisa separar as coisas, daquilo que é um evento normal e daquilo que não é um evento normal. Eventos extremos como esse, é lógico que exigem medidas que não são aquelas que normalmente a gente emprega em uma situação de normalidade. Você pega um hospital, ele atende “x” pacientes normalmente, e se acontece uma catástrofe que quadruplicou o número de pessoas que precisam de atendimento, nós vamos ter problemas de estrutura daquele hospital. Provavelmente nem leitos poderá ter para atender todo mundo.

É nesse aspecto que eu friso a minha resposta. Se, em num evento extremo, como aconteceu, a resposta não foi satisfatória, eu vou dizer que não foi, porque em situações normais a energia deveria ter voltado mais rapidamente, mas não foi isso que aconteceu.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Próxima pergunta, o senhor comentou o conselho, inclusive, ele é anterior à criação da Aneel. Então, nesse período já passou pela gestão aqui na Grande São Paulo a Eletropaulo, e agora a Enel.

**O SR. GILMAR OGAWA** - Passou a AES também, que é uma americana.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Como o conselho avalia essas trocas de gestões ao longo desse período? Hoje está melhor do que foi no período passado? Qual foi o melhor momento?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Na época da Eletropaulo eu estava no conselho. Eu posso dizer para você que, em termos de investimento para melhoria tecnológica da rede de distribuição, a situação de hoje é melhor. Porque naquela época os investimentos, eles não eram tão grandes quanto são hoje. Na última revisão tarifária, a gente trouxe como número, para implementar a parte de investimento para benefício do consumidor final, o valor de 4,7 bilhões de reais.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Mas quem trouxe, o conselho ou a Enel?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Enel. A Enel investiu isso. Na época da Eletropaulo nunca chegou um valor próximo disso. Com certeza. E eu participei daqueles momentos de revisão tarifária.

**O SR. DONATO - PT** - De acordo com a lógica do (Inaudível.), quem pagou foi o consumidor.

**O SR. GILMAR OGAWA** - Tudo quem paga é o consumidor final. Quando você fala assim: “olha, vamos fazer uma tarifa social”. Muito bom. Então, aí você dá 65% de abatimento na conta de energia elétrica. Alguém vai pagar essa diferença. Quem é que paga essa diferença? O consumidor final. O consumidor final vai pagar. Por isso que existe na sua conta de energia elétrica um negocinho chamado “encargos”. E hoje esses encargos, eles estão altíssimos.

Nós temos um encargo lá chamado CDE, Conta de Desenvolvimento Econômico. Essa conta está na ordem de 32 bilhões. E quem paga esses 32 bilhões de reais? É o consumidor final.

**O SR. DONATO - PT** - O lucro da empresa também, né? Porque tem aumentado.

**O SR. GILMAR OGAWA** - Como?

**O SR. DONATO - PT** - O lucro da empresa também é o consumidor final, porque tem aumentado.

**O SR. GILMAR OGAWA** - O lucro é inerente a uma atividade privada.

**O SR. DONATO - PT** - Não, mas está aumentando. É um desequilíbrio a favor do estado, porque está aumentando o lucro.

**O SR. GILMAR OGAWA** - A regulamentação da Aneel, ela trabalha no sentido de que deve haver o equilíbrio econômico-financeiro da empresa, e ela penaliza quem não busca atingir essa meta. Ela penaliza, com multas etc. e tal. Então, esse equilíbrio econômico-financeiro, ele é fundamental para que depois haja também a possibilidade de investimento na melhoria da rede.

Esse é um processo permanente. Você tem que sempre melhorar a parte de tecnologia, para você poder ter custos menores na sua conta de energia elétrica.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Então, só dando sequência às demais perguntas.

**O SR. GILMAR OGAWA** - Sim, senhor.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - O senhor faz parte de um conselho. O senhor acompanhou toda a crise que aconteceu nesse último final de semana. Com certeza, o conselho deve ter se reunido. Como a CPI está reunida aqui agora, o governador fez uma reunião com a Enel aqui na Grande São Paulo.

Com certeza o conselho já deve ter se reunido, por parte dessa crise toda que foi gerada no último final de semana. Qual a recomendação que o conselho passou, a partir dessa crise, para a Aneel? Porque, segundo o conselho, ele tem uma relação direta, e foi constituída a partir dessa relação direta. E qual a recomendação que o conselho também passou para os consumidores que foram prejudicados agora, nesse último evento, da Enel aqui na grande São Paulo? Qual que foi?

Eu gostaria que depois Sr. Presidente, que essa orientação que o conselho encaminhou para a Aneel, e que o conselho passou para os consumidores, fosse entregue à CPI, para fazer parte de uma avaliação do conselho em relação a esse momento. Porque acho que se esse é um conselho que defende o consumidor, com certeza deve ter se reunido e ter orientado tanto uma recomendação para a Aneel, quanto para os consumidores. O que vocês já se reuniram, e qual foi a decisão que vocês já tiveram?

**O SR. GILMAR OGAWA** - É lógico que esse evento ainda está em processo de assimilação das suas consequências.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - O conselho já se reuniu, ou não?

**O SR. GILMAR OGAWA** - A Aneel aciona os conselhos, na medida em que há necessidade de aprimoramento do regulatório. Nós não trabalhamos, por exemplo, em situações individualizadas, ou de eventos fora da normalidade. Então, se houver, por parte da Aneel, uma consulta pública para aprimoramento do sistema, houver consequência depois, audiência pública, nós estaremos contribuindo com o aprimoramento no modelo, como eu coloquei esses documentos aqui, para exemplificar como nós atuamos.

Nós não buscamos antecipar um fato que ainda não ocorreu. Depois, no caso aqui, é lógico que nós vamos tentar buscar soluções para o aprimoramento do modelo, exatamente para que lá na frente, quando ocorrer eventos, pelo menos semelhantes a esse, a gente esteja melhor preparado.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Mas então o conselho não se reuniu? Você faz parte de um conselho que defende o consumidor, a crise que todo mundo está discutindo do estado de São Paulo inteiro, não só a grande São Paulo, e o conselho não se reuniu? O conselho não tem nenhuma recomendação para ele, em relação à crise que foi gerada, e o conselho não tem nenhuma recomendação também para os consumidores?

**O SR. GILMAR OGAWA** - É como eu falei, né? O conselho, ele se reúne uma vez por mês. Essa é a nossa ordinária.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Ordinária. E extraordinariamente, está previsto?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Nós temos, por obrigação imposta pela Aneel, fazer no mínimo seis reuniões. Nós já fizemos muito mais que isso. Teve meses aí que nós nos reunimos três vezes. Ok? Lembrando, eu não tenho dedicação exclusiva para essa atividade. Todos nós que compomos o conselho somos voluntários, não remunerados, e não temos dedicações exclusiva para essa atividade.

Portanto, é lógico que em situações lá na frente, e nós temos uma previsão de reunião que seria hoje... Hoje seria a nossa reunião ordinária. Eu adiei essa reunião por causa da convocação que a gente recebeu aqui, e transferi essa reunião, para o dia 29 de novembro.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Então, Sr. Presidente, eu teria mais outras perguntas, mas eu vou me ater. Gostaria que a CPI solicitasse ao conselho, desde que a Enel assumiu a gestão aqui na cidade de São Paulo e na grande São Paulo, 24 cidades, todas as pautas, dos conselhos de classe que tiveram nesse período.

E nós queríamos saber qual foi a solução que a Enel trouxe para as propostas apresentadas por cada conselho de classe: da Fiesp, do Fecomercio, da Agricultura, do Poder Público. Acho que é importante para a CPI ter essas informações, a pauta que foi feita e, depois, qual foi a solução que a Enel trouxe para cada pauta feita desde o momento que o conselho acompanha a Enel no estado de São Paulo.

Depois, só uma precisão também no dado, que quando o Gilmar fala em relação a redução da tarifa, um real de redução, é importante olhar os outros. Você vê que subiu bastante nos anos anteriores, teve uma queda este ano, mas o senhor não comentou das altas que tem no (Inaudível.).

**O SR. GILMAR OGAWA** - Sim, sem dúvida.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Dar só a informação da redução sem mostrar o gráfico inteiro, também é ruim. Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - O próximo inscrito é o deputado Donato, mas me espanta um conselho que, na maior catástrofe que a gente teve em relação à energia aqui com a Enel, ainda não se reuniu; “bem preocupado” com os consumidores, assim como o conselho fala: Conselho de Consumidores da Enel, “extremamente preocupado” com os consumidores. Por favor, deputado Donato.

**O SR. DONATO - PT** - Presidente, eu vou ser bem rápido porque eu tenho outra reunião agora, de comissão. Mas, Sr. Gilmar...

**O SR. GILMAR OGAWA** - Sim, senhor.

**O SR. DONATO - PT** - Primeiro, agradecer sua presença aqui. Eu queria entender um pouco o processo de escolha dos conselheiros. Até onde eu li, no regulamento da Aneel, tem uma assembleia para escolher as entidades em cada classe, é isso? Uma audiência pública?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Então, quando vence o mandato dos conselheiros...

**O SR. DONATO - PT** - O mandato do senhor é de 2022 a 2026?

**O SR. GILMAR OGAWA** - É.

**O SR. DONATO - PT** - O senhor está lá há quanto tempo?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Eu trabalho há 11 anos.

**O SR. DONATO - PT** - É que o senhor disse que estava desde a Eletropaulo?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Estava desde a Eletropaulo.

**O SR. DONATO - PT** - Mas como é que o senhor foi escolhido?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Então como é que é esse processo? Você publica em “Diário Oficial” que haverá uma audiência pública para escolha das entidades que vão compor o conselho. As entidades mandam as suas documentações, estatuto, essas coisas que são comuns e, depois, a gente avalia se a documentação está correta.

Depois você abre um dia para que a entidade venha defender oralmente a sua candidatura, ok? Depois o conselho se reúne e, por votação dos seus membros, escolhem as entidades. A entidade, uma vez escolhida, por exemplo, a Fiesp ou a Faesp, a Fecomercio, que seja, APM, ela vai indicar o representante. Quando esse representante tomar posse, isso é formalizado para a Aneel. Feito isso...

**O SR. DONATO - PT** - Quem organiza esse processo? É a Aneel mesmo?

**O SR. GILMAR OGAWA** - A Aneel?

**O SR. DONATO - PT** - Quem organiza o processo? Quem confere as entidades, o estatuto, quem que faz isso?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Não, isso quem faz são os membros do conselho. A documentação deve ficar toda arquivada para que, eventualmente, a Aneel deseje fazer uma fiscalização...

**O SR. DONATO - PT** - No caso da sua eleição, para ser mais objetivo, quantas entidades participaram?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Não, normalmente, busca participar do conselho uma por cada classe de consumo.

**O SR. DONATO - PT** - Não, eu sei, mas a audiência pública, as entidades registradas escolhem uma entidade, eu já entendi como funciona. Quantas entidades escolheram a Faesp para representar essa classe de consumo?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Não, a Faesp, como entidade representando os produtores rurais do estado de São Paulo, se candidatou à esta função.

*Divisão de Registro de Pronunciamentos*

**O SR. DONATO - PT** - Mais nenhuma outra entidade nessa classe se candidatou?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Não, não, porque...

**O SR. DONATO - PT** - E nas outras classes? O senhor conhece? Sabe?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Não entendi.

**O SR. DONATO - PT** - A de consumidores, por exemplo, quantas entidades se candidataram?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Normalmente, por exemplo, no caso da Fecomercio nós tivemos duas, porque são duas associações que têm aqui. E no caso da Fiesp só tem a Fiesp, basicamente, que representa...

**O SR. DONATO - PT** - Que coisa, não é? É impressionante, ninguém se interessa ou não é divulgado.

**O SR. GILMAR OGAWA** - Não, é divulgado.

**O SR. DONATO - PT** - Não existe só a Fiesp.

**O SR. GILMAR OGAWA** - A gente publica em “Diário Oficial”.

**O SR. DONATO - PT** - Está bom. Entendi.

**O SR. GILMAR OGAWA** - A gente publica em “Diário Oficial”, é o que está previsto na regulamentação.

**O SR. DONATO - PT** - E no dos consumidores, na classe do residencial; a classe residencial?

*Divisão de Registro de Pronunciamentos*

**O SR. GILMAR OGAWA** - A classe residencial, às vezes, é a que aparece mais gente.

**O SR. DONATO - PT** - Apareceu?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Não, aparece, só que...

**O SR. DONATO - PT** - Eu sei, mas na última quantos apareceram? Só para mim saber a representatividade.

**O SR. GILMAR OGAWA** - É representatividade, por isso que a gente sempre opta por entidades que tenham, pelo menos, a abrangência a nível estadual.

**O SR. DONATO - PT** - Quem opta?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Os membros do conselho, eles decidem.

**O SR. DONATO - PT** - Mas se uma associação de bairro quisesse...

**O SR. GILMAR OGAWA** - Se ela quiser, ela pode se candidatar, não tem problema. Já tivemos situações como essa.

**O SR. DONATO - PT** - Se tiver dez associações de bairro, elas podem exigir uma (Inaudível.)?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Tem, elas vão lá na audiência pública, defendem a sua candidatura que for mais representativa naquele grupo de pessoas. Obviamente, é o que a gente dá preferência.

**O SR. DONATO - PT** - Não, está bom. É que não tenho mais tempo, infelizmente, mas é isso. Eu já fiz as colocações aparteando o Marcolino, obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputada Monica.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Bom dia.  
Bom dia, Sr. Gilmar.

**O SR. GILMAR OGAWA** - Bom dia.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Bem-vindo à nossa CPI. O senhor é presidente do Conselho de Consumidores da Enel?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Não, eu sou presidente do Conselho de Consumidores da área de atuação...

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - De Energia Elétrica.

**O SR. GILMAR OGAWA** - Da distribuidora Enel.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Ok.

**O SR. GILMAR OGAWA** - Cada concessão, cada concessão dentro do estado de São Paulo tem que ter um Conselho de Consumidor. Então, se você pegar a CPFL, ela tem um conselho; se você pegar a CPFL Santa Cruz, ela tem outro conselho; se você pegar a Eletro, ela tem outro conselho; se você pegar a EDP, ela também tem outro conselho. Você entende?

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Entendi.

**O SR. GILMAR OGAWA** - Então, cada concessionária tem que ter o seu conselho.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Os conselhos trocam entre si? Vocês se falam? Tem encontros?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Fala. Fazemos encontros, inclusive, regionais. Eu, recentemente, ano passado, a gente fez um encontro da Região Sudeste; então, aí vêm

os membros dos conselhos, no caso, de Minas, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Nesses encontros entre os conselhos, o senhor consegue notar uma diferença entre as queixas dos consumidores das demais empresas com a Enel?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Olhe, sempre tem diferenças, não é? Porque, principalmente, em função do tamanho, por exemplo, se você pegar uma distribuidora lá de Minas Gerais, que atua em um só município, é muito diferente de uma empresa como a CPFL, como a Enel ou como a Eletro, que pegam muito mais municípios.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - E quais são as principais reclamações dos consumidores da Enel?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Normalmente, ele está ligado mais a questão da falta de energia elétrica. Às vezes, está ligado, eventualmente, ao próprio valor da conta de energia elétrica e muitas vezes o pessoal acha que está sendo cobrado para mais, acha que houve um erro.

Às vezes, acontece de ter até um problema elétrico dentro da casa dele, um curto-circuito que rouba a energia elétrica e isso vai consumir muita energia elétrica. Então existem reclamações nesse nível aí também.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - A gente recebeu aqui o Procon. E o Procon listou para a gente que a Enel é recorde de reclamações nas cidades onde atende. É a primeira em reclamações nas cidades aonde atende - nas 24 -, o que não se verifica com as outras empresas e companhias de energia em São Paulo. E o Procon listou para a gente as maiores reclamações entre os clientes Enel.

O primeiro: cortes frequentes de energia sem aviso prévio e sem data para reestabelecer. Três dias antes do grande incidente aqui do vendaval em São Paulo, o bairro Butantã inteiro estava sem energia, por exemplo, por um dia inteiro.

Segundo: cobrança de valores indevidos. Esse mês, eu recebi na minha casa duas contas, duas vezes. E o terceiro, e eu acho que é uma característica da Enel: a falta de

atendimento. Os canais online não funcionam e não existe posto de atendimento físico, diferente, por exemplo, da CPFL, que atende a minha região natural, eu sou de Itu. A CPFL tem duas centenas de postos de atendimentos físicos no estado de São Paulo.

Duas centenas de postos de atendimentos físicos em São Paulo, longe de defender a CPFL, que também está com a energia cortada pelo estado, mas marca a diferença. No conselho, o senhor atesta que essas são as principais queixas dos consumidores da Enel?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Olhe, o que a gente recebe, assim, por parte das nossas classes de consumo, é sempre algo ligado a interrupção da energia elétrica. Esse, eu acho que é o principal motivo. Então, obviamente, essas interrupções muito prolongadas diminuiriam com a automação do sistema.

Então quando a Enel investiu nos religadores automáticos, essa quantidade de falta de energia acabou diminuindo, porque muitas vezes um galho bate em um fio e ele desliga o circuito, mas como ele está automatizado, ele se religa sozinho.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - O senhor tem dados? Dados de quando a Enel assumiu, qual era a frequência de cortes e como ela vem diminuindo ao longo do tempo?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Não, assim de cabeça, não posso te dar essa informação.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Posso colaborar com essa informação? De uma denúncia que ainda estou apurando, mas logo mais vou trazer à luz. A questão da interrupção e volta de energia, os indicadores, tanto das empresas quanto do conselho, estão dizendo que diminuiu o número de queda e frequência. Mas o consumidor não está vendo isso, ao contrário, piorou.

E a essa questão dos religadores automáticos, a denúncia que recebi é que eles estão sendo estrategicamente colocados em uma condição de que não chegue essa informação na subestação de queda e falta de energia.

Eu vou sair a campo para poder identificar se isso é verdadeiro, ainda não vou afirmar, mas foi uma das coisas que nós recebemos. Inclusive, foi até apresentado em uma das reuniões aqui exatamente sobre isso.

## *Divisão de Registro de Pronunciamentos*

Então, é aí que nós temos que ver se realmente é verdadeira a informação ou não, até porque, na minha residência - eu inclusive mostrei aqui em uma outra oportunidade -, eu puxei o meu DIC e FIC, que hoje não estão mais na conta física. Foram retirados pela Aneel, porque disseram que era muita informação para o cliente ter.

Então, é claro para mim que não é para aparecer a informação. Puxei pelo aplicativo e, na minha residência, surpreendentemente não falta energia a mais de ano, e eu tenho quedas de energia de mais de seis horas de duração duas vezes por semana. Cadê a informação? Entendeu?

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL -** Colaborando com a pergunta da deputada Carla, para o meu entendimento mesmo: ter dados seria importante, mas saber a característica da coleta de dados também é. Então, eu queria solicitar formalmente.

A gente vai solicitar formalmente ao conselho os dados sobre corte, mas também queria perguntar em que se baseiam os dados, se é resposta da empresa ou se é segundo algum canal de atendimento ao consumidor do conselho. E aí eu já emendo a segunda pergunta: como os consumidores, no geral, acessam um conselho?

**O SR. GILMAR OGAWA -** Normalmente nós temos um e-mail, que eventualmente pode ser acionado. Mas, normalmente, as informações nos chegam pelos representantes das classes de consumo que fazem parte do conselho.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL -** Pode explicar um pouquinho?

**O SR. GILMAR OGAWA -** Por exemplo, vou citar um exemplo aqui dos produtores rurais, ok? Então, o que acontece? O produtor rural tem muitos problemas de queda de energia, porque eles estão em uma área rural. O que acontece? Eles vão e prestam essa reclamação, normalmente para a Federação da Agricultura ou para os sindicatos rurais.

Os sindicatos rurais: no caso aqui da área da Enel, nós só temos um sindicato rural, porque ele tem abrangência na área de 30 municípios, e os 24 municípios da Enel estão dentro da área de atuação dele. Então, normalmente, essa informação chega para

nós diretamente por esse canal, porque eles têm o contato direto com o produtor lá na ponta da linha, que transmite para ele essas questões.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Eu entendo a dificuldade de organização de conselhos populares por falta de recurso, porque as pessoas não são remuneradas para trabalho integral, mas também entendo que a tecnologia nos permite muitas coisas.

Por exemplo: o nosso mandato vive fazendo consultas públicas através de formulários Google. Coisas simples: disponibilizar canais pela internet, redes sociais e até questionários em posts em redes sociais. Ocorreu ao conselho fazer alguma consulta pública sobre o atendimento da Enel recentemente?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Não.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Ocorre para o futuro?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Nós fazemos normalmente essas avaliações com relação à atuação do conselho através das classes de consumo. Por isso que, periodicamente, nós fazemos os encontros por classe de consumo. Esse pessoal que traz para a gente os seus problemas principais. Feito isso, a gente, como eu já falei na apresentação, elabora uma pauta. Nós trazemos a própria Enel para prestar esclarecimento diretamente ao consumidor final.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - E por fim, para terminar: eu ouvi o senhor dizer hoje que fenômenos extremos estão fora da previsibilidade. Está fora, inclusive, da previsibilidade legal para dar desculpa à empresa de não agir diante de uma coisa assim, até porque fenômenos extremos fazem parte do cotidiano brasileiro, não só agora em momento de emergência climática que vai ser agudizar, mas sempre fizeram.

O senhor mesmo disse: chove, verão, enchente, alagamento. Portanto, ter ações de antecipação, precaução e alteração fazem parte do cotidiano de empresas que prestam serviços essenciais. Energia é um serviço essencial.

## *Divisão de Registro de Pronunciamentos*

A gente falou aqui, por exemplo, de hospitais que correram risco, que correm o risco de parar porque não têm energia elétrica. Pessoas em UTI podem morrer por conta da dificuldade de atendimento da Enel. Ocorre ao conselho, ocorreu ao senhor, como presidente para o próximo período, mas também no passado, cobrar medidas de precaução a fenômenos extremos da Enel?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Nós já fizemos pedidos, principalmente no sentido de que houvesse, por exemplo, podas de árvore com finalidade preventiva. Só que essas podas têm que ser feitas pela prefeitura, porque é a obrigação dela. Isso está na legislação.

É óbvio que, se você observar no nosso caso, anualmente, o conselho recebe por parte da Enel uma demonstração e uma prestação de como vai funcionar, por exemplo, o Plano Verão. O Plano Verão tem esse objetivo de se antever a situações causadas por eventos climáticos. Então existe o Plano Verão, ele é implementado e nos é apresentado anualmente toda vez que ele é produzido.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Sr. Presidente, só um aparte, deputada, pode ser?

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Claro.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Quando a deputada perguntou em relação às reuniões que vocês fazem com os outros conselhos, o senhor comentou que foi feita uma reunião e tem reuniões o tempo todo com os conselhos, teve dessa da região Sudeste. Quem é que paga, quem é que banca a ida dos conselheiros para esses eventos, para esses encontros? Quando tem as reuniões do conselho, quem é que financia, quem é que banca?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Cada conselho tem um recurso próprio. Por isso...

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - De onde vem esse recurso?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Esse recurso vem da própria tarifa. Esse recurso veio para a própria tarifa. Se você não gasta todo esse recurso no processo de revisão de

reajuste tarifário, ele volta para benefício da motricidade tarifária. Nessa última revisão, nós devolvemos algo próximo de um milhão e 170 mil, porque nós não tivemos a oportunidade de empregar esse recurso por dificuldades causadas pela pandemia.

Esses encontros, por exemplo, que a gente costuma fazer, acabaram não ocorrendo, porque eles são encontros presenciais. Quando a gente tem esse recurso, a gente loca um auditório, a gente pode pagar um sistema de som, compra, e, eventualmente, alimentação para os consumidores finais que vão nessas reuniões.

Então, essas despesas que eu vou fazer alguma atividade por convocação da Aneel lá em Brasília, existe esse custo de viagem e isso é custeado com verba do conselho. O conselho tem uma previsão, por isso que a gente faz aquele PAM. A gente faz a programação para o ano todo daquele gasto e ele tem que ficar limitado àquele valor que foi especificado para a gente em função de uma tabela que a Enel distribuiu para a gente.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - O conselho tem natureza de função pública?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Não entendi muito bem, perdão.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - A natureza do conselho é de função pública? Você (Inaudível.) essa conta para a sociedade?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Nós somos um conselho que não temos personalidade jurídica. Nós não temos personalidade jurídica por determinação da própria regulatória da Aneel.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Pela ordem. O senhor faz prestação de contas mensalmente?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Fazemos.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - O senhor poderia enviar a esta CPI a prestação de contas do período que a gente está fazendo apuração, que é de 2018 a

*Divisão de Registro de Pronunciamentos*

2023? Enviar para esta CPI todos os dados, todas as prestações de contas desse conselho?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Podemos. Podemos fazer esse levantamento e mandar para a senhora, não tem problema, não.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Eu queria sugerir, Sr. Presidente, que fosse não um pedido, e sim uma decisão da CPI, que todas as prestações de contas fossem repassadas à CPI.

**O SR. GILMAR OGAWA** - Até porque essas contas depois são fiscalizadas pela Aneel.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Para a nossa conferência mesmo.

**O SR. GILMAR OGAWA** - Não tem problema, a gente faz o levantamento e manda para você, tá bom?

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Para terminar, presidente, e passar a palavra para o próximo inscrito, eu gostaria de sugerir à relatora. Posso contribuir, deputada, mas eu acho que a forma como a empresa atende os consumidores de forma geral é muito comprometida. A gente assistiu, mas tem um novo capítulo nesta reunião.

Me parece que o conselho do consumidor da energia elétrica está distante de ter contato e representar de fato o conjunto de consumidores da Enel. Me parece também não disposto a fazê-lo. Não reuniu diante da crise, não pensa em abrir canais para que os consumidores de fato possam fazer as suas queixas, não coleta dados, não tem metodologia científica para coletar dados.

Então, me parece que o conselho é comprometido na sua função pública de representar os consumidores. Eu acho que isso vale uma parte no relatório, se a senhora puder me permitir sugerir.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Eu acho que isso é perfeitamente comprometedor na questão de ter algo que a gente está bem aquém do que deveria.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - O próximo inscrito é o deputado Caio França.

**O SR. CAIO FRANÇA - PSB** - Senhor Gilmar.

**O SR. GILMAR OGAWA** - Pois não.

**O SR. CAIO FRANÇA - PSB** - Primeiro agradecer pela participação aqui. De fato, a gente esperava que, como representante do conselho de consumidores, o senhor pudesse trazer a mesma indignação que milhares de famílias estão vivenciando todo dia.

Ao que me parece, o conselho de consumidores, nesse caso aqui da Grande São Paulo, no fundo tenta justificar o injustificável, que é o que o senhor, de alguma forma, está tentando fazer aqui. Eu costumo perceber que uma parte dos conselhos que existem de fato acabam não sendo, vamos dizer assim, levados a sério pelas pessoas que ocupam essas funções.

A minha pergunta para o senhor primeiro é a seguinte: o senhor, ao ser indicado para poder compor o conselho, foi um pedido do senhor para poder participar ou foi uma obrigação da entidade que o senhor representa e, na sequência, o senhor foi eleito presidente?

E aí eu não sei também se o senhor conseguiu acompanhar as declarações dos principais agentes envolvidos diretamente ou indiretamente com essa história, e gostaria de ouvir uma opinião do senhor, não enquanto Sr. Gilmar, mas enquanto presidente do Conselho de Consumidores.

Prefeito Ricardo Nunes chegou a falar numa nova contribuição para aterrar a fiação. O governador Ronaldo Caiado disse para o governador Tarcísio que é caso de polícia o que aconteceu aqui na Grande São Paulo. Algumas das opiniões o senhor compactua? Alguma dessas duas, ou não?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Olhe, eu não posso ficar opinando pela opinião dos outros. O senhor me desculpa. Até porque não escutei estas declarações, na forma como o senhor está falando.

**O SR. CAIO FRANÇA - PSB** - Pelo prefeito Ricardo Nunes, o senhor não acompanhou?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Não, eu não escuto tudo, eu já falei que eu não sei. Eu não tenho dedicação exclusiva para essa função. Eu tenho outras missões da federação, que eu tenho que dar cumprimento. E quando você fala assim “não, eu escolhi ser presidente”, eu já falei, eu não escolhi ser presidente. Eu não me candidatei a esse cargo. Eu fui colocado nesta função por decisão unânime dos conselhos. E eu fui indicado para representar a classe rural pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo.

**O SR. CAIO FRANÇA - PSB** - Sr. Gilmar. Eu compreendo...

**O SR. GILMAR OGAWA** - Não tem decisão sobre isso aí. É bom deixar claro que essas indicações são da entidade. A entidade escolhe quem ela quer que ponha para representá-la.

**O SR. CAIO FRANÇA - PSB** - Eu entendo. O que eu quero dizer é o seguinte. A entidade pode escolher, mas o senhor poderia talvez dizer ao presidente da sua entidade, falar: “olhe, não é a minha pegada estar neste conselho”. E aí depois o senhor aceitou de alguma forma ser presidente, porque de alguma forma, tinha outras pessoas jurídicas ali representadas que também poderiam ser, e acabou de alguma forma sendo o senhor, sendo a sua vontade ou não.

O que a gente esperava aqui, Sr. Gilmar, não é que o senhor fosse resolver o problema dos milhares de moradores que ficaram sem luz, e alguns até esse momento ainda estão. Mas era que o senhor pelo menos fosse solidário, o senhor trouxesse aqui a indignação destes usuários.

O que o senhor faz aqui, neste momento, me parece, me permita, é tentar defender a Enel de tudo o que aconteceu, dizendo que as árvores que caíram, que é um problema... Que, enfim, foi um grande acontecimento das chuvas, que não tinha como prever e tal.

A gente minimante esperava do senhor, como presidente do Conselho de Consumidores, uma postura mais enérgica para, pelo menos, defender os consumidores que o senhor representa.

Então, presidente, e aí a relatora deputada Carla também... Primeiro eu penso que nós precisamos rever os conselhos de consumidores. Porque a gente espera que quem esteja lá represente aqueles que inerentemente estão na sua atividade. De que esta é uma questão a ser explorada pela relatora.

E mais do que isto, eu esperava também do senhor, como presidente do conselho que representa os usuários, no mínimo estar atento às declarações. Assim, o prefeito Ricardo Nunes sugeriu a cobrança de uma taxa. O senhor disse que o senhor não viu, o Brasil inteiro o viu falando a esse respeito. O governador Ronaldo Caiado falou para o governador Tarciso que é caso de polícia. O senhor também não ouviu. O conselho não se reuniu. De fato, eu fico a me perguntar: será que o senhor tem alguma coisa no fundo...

**O SR. GILMAR OGAWA - (Inaudível.)**

**O SR. CAIO FRANÇA - PSB -** Para concluir, Sr. Gilmar. Só para concluir. Não lhe parece estranho que um conselho de consumidores não tenha, no mínimo, feito uma reunião virtual com todos os conselheiros para, pelo menos, demonstrar indignação? Olhe, os senhores não se reuniram até o momento. Então, no fundo, a sua participação, neste momento, de fato, me parece um tanto quanto inócua, porque o mínimo que a gente esperava, presidente Thiago, era que o Sr. Gilmar trouxesse a indignação do usuário, o que não me parece que está condizente com a sua postura neste momento.

Me parece mais uma defesa da concessionária do que uma defesa do consumidor. E eu quero lembrar ao senhor que, neste momento, por mais relações que eventualmente o senhor possa ter, o senhor representa aqui o conselho de usuários da Enel. É isto, presidente, da minha parte.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL -** Sr. Gilmar, o senhor já falou repetidas vezes que hoje seria a reunião do conselho, que não ocorreu porque o senhor está aqui. Você tem como demonstrar para a gente que esse convite que vocês elaboraram, algum e-mail, alguma troca de mensagens entre os conselheiros, demonstrando que hoje seria a reunião, mas que, de alguma maneira, o senhor está aqui, e vocês cancelaram? Tem como, não sei agora ou a posteriori, colocar para a gente essa comprovação?

**O SR. GILMAR OGAWA** - A gente comunica aos membros do conselho, porque as reuniões ocorrem todas segundas quartas-feiras do mês. Mas é uma previsão. Nem sempre isso é possível acontecer. Então, de comum acordo, você pode remanejar estas datas, em função, também, da necessidade de outros compromissos dos conselheiros. Então muitas vezes a gente muda. No nosso caso, aqui, para esse mês, estava previsto o dia de hoje para a nossa reunião. Como a gente tinha esta missão na CPI, esta reunião foi passada para o dia 29, no fim do mês.

**O SR. CAIO FRANÇA - PSB** - Não, Sr. Presidente, da minha parte eu finalizo aqui.... Eu só reforço, eu sei que, muitas das vezes, ser conselheiro e não ganhar, é, muitas das vezes, um “pé no saco”. Mas o que eu penso é o seguinte, já que o senhor está lá de alguma forma e aceitou ou consentiu a missão, que faça de bom grado e que, de fato, represente aqueles que o senhor tem por obrigação de representar. É isto apenas, presidente.

**O SR. GILMAR OGAWA** - Eu discordo um pouquinho quando você fala de “bom grado”. Primeiro porque eu trabalho bastante para este conselho, fora do meu horário de serviço. Eu trabalho no sábado, no domingo, à noite, para poder dar andamento às necessidades do conselho. Fora isso, eu tenho quase mais outras vinte representações pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo.

Por que a federação não indicou outro? Porque ela tem outros conselhos espalhados no estado de São Paulo, porque ela tem que fazer indicação também. E ela não tem como fazer esta indicação com a quantidade de pessoas que tem lá trabalhando. Então, ela chega e fala “olha você faz esta parte aqui, você que está aqui vai atender àquele outro conselho”, e vai indo assim. Você pega, por exemplo... Nós temos vinte e duas bacias hidrográficas dentro do estado de São Paulo. Essas bacias hidrográficas têm vários comitês de bacia hidrográfica. Cada uma delas têm que ter um representante rural lá, pô. Você entendeu?

**O SR. CAIO FRANÇA - PSB** - Ok.

**O SR. GILMAR OGAWA** - Então, veja bem, a gente assume compromissos, representação, e vários outros organismos. Eu faço parte do Consema, eu faço parte da Câmara Técnica de Biodiversidade, de Políticas Públicas.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Sr. Gilmar.

**O SR. GILMAR OGAWA** - Então, não é só no Conselho de Consumidor que eu atuo.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Sr. Gilmar, o senhor está dizendo que a Federação de Agropecuária colocou o senhor para ocupar um cargo de presidência do conselho da Enel sem ter condições materiais, porque a própria federação coloca os seus conselheiros em lugares demais?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Não falei nada disso, não.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Só um minutinho, Sr. Gilmar. Será que se o senhor acompanhasse mais o conselho, será que o senhor manteria a nota 8 que o senhor dá para o serviço prestado pela Enel?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Quando eu dei essa nota, eu dei nas condições de normalidade, ok? Se você for falar numa situação como esta, agora é lógico que eu não posso dar nota 8.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Será que zero é uma boa nota?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Zero também é você estar exigindo muito porque eles estão...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Então dois.

**O SR. GILMAR OGAWA** - Eles estão fazendo a recuperação da rede. Nós tínhamos aí cerca de mais de dois milhões de pessoas sem energia elétrica, hoje nós devemos estar aí com base em dez mil pessoas, talvez, sem energia elétrica.

Então, a gente não pode dizer que eles não trabalharam para fazer a reposição. Eu não estou aqui para ficar na condição de indignado, eu sou um cara realista. Eu tenho quarenta anos de polícia, já passei muita coisa nesta vida, entendeu?

Então, a gente percebe que a realidade se impõe a outro fato. Você vai ficar indignado com tudo quanto é coisa? É lógico que a gente às vezes fica. Mas isto não pode nublar a mente da gente para situações de buscar soluções racionais.

Então, eu entendo você com a parte do “eu fiquei indignado”. Eu também fiquei sem energia elétrica. Eu fiquei um montão de tempo sem energia elétrica, entendeu? Todo mundo ficou...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - O senhor achou isto natural?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Então.... Não é questão de achar natural - são naturais as coisas como elas aconteceram, considerando eventos climáticos extremos. Então, eu sou realista nesta parte. Sempre que houver um... Se cair um meteoro aqui e destruir a metade da cidade, você não acha que vai ser um caos?

**O SR. CAIO FRANÇA - PSB** - Não tenho dúvida que um evento climático impõe mudanças. O que eu disse foi a resposta da Enel para o usuário. Naquele momento, eu não tinha dúvida que iriam acontecer problemas. O que causa estranheza, volto a falar, é a naturalidade com a qual o senhor está transparecendo, representando neste momento aqui os usuários. E eu respeito muito o tempo de V. Exa. de polícia. De que, enfim.... O que eu digo...

**O SR. GILMAR OGAWA** - Eu, eu, eu como...

**O SR. CAIO FRANÇA - PSB** - Agora, eu não posso entender que também o senhor aceita ser conselheiro num conselho, a Federação do Agronegócio parece que indica o senhor em outros vários conselhos.

## *Divisão de Registro de Pronunciamentos*

Nós precisamos, então, talvez conversar com o presidente da federação para que ele possa ter outras pessoas que possam se dedicar exclusivamente às missões que lhe são conferidas. Talvez, aí possamos ter uma concordância, de não ter uma única pessoa fazendo a representação em vários conselhos, como o senhor está dizendo aqui que faz.

**O SR. GILMAR OGAWA** - É, agora, você tem que entender que a federação é um órgão privado. Você entendeu? E ela tem limitações de recursos financeiros para ter todos os funcionários necessários para executar certas funções.

Então, é lógico que se você puder executar mais de uma tarefa dentro das suas atividades, você vai ser acionado para isso. Você entendeu? Você não tem funcionário aí que, muitas vezes, você paga mais de uma missão para ele resolver? Ou você contrata um funcionário para resolver um problema específico em cada situação? As coisas não são assim. Então, você tem recursos financeiros etc. para você manter esta estrutura aí.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Sr. Gilmar, o senhor é funcionário da Federação de Agropecuária?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Eu sou funcionário.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - E como funcionário o senhor foi designado presidente do Conselho de Consumidor da Enel?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Não. Eu fui designado para representar o produtor rural no Conselho de Consumidor da Energia Elétrica. Quem escolhe o presidente do Conselho de Consumidor da Energia Elétrica são os membros do conselho, através de votação.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Como funcionário da Federação de Agropecuários, o senhor participa de mais quais conselhos?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Como?

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Como funcionário da Federação de Agropecuários, o senhor participa de mais quais conselhos?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Se eu participo de outros conselhos? Participo. Acabei de falar: participo, por exemplo, do Conselho Estadual de Meio Ambiente.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Por vontade própria ou por vontade e indicação da federação?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Por determinação da presidência da federação.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Obrigada.

**O SR. CAIO FRANÇA - PSB** - Quem é o presidente da federação mesmo, Sr. Gilmar, por gentileza?

**O SR. GILMAR OGAWA** - E até por causa do preparo que eu tenho, né.

**O SR. CAIO FRANÇA - PSB** - E quem é o presidente da entidade que o senhor representa, por gentileza? O nome do presidente da entidade que o senhor representa, por gentileza?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Dr. Fábio de Salles Meirelles.

**O SR. CAIO FRANÇA - PSB** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Com a palavra, o deputado Delegado Olim.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Rapidamente: o senhor é coronel da Polícia Militar aposentado, é isso?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Sim, senhor.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Coronel, respeito o senhor. Sei do seu trabalho na polícia. Não faço parte da CPI, mas queria só... Já fizeram essa pergunta. Todas essas pessoas mais humildes que estão dias e dias sem geladeira, sem televisão, todas sem energia... A pessoa que tem um pouco mais de dinheiro pode comprar, encher a geladeira de novo; alguns prédios, alguns lugares mais ricos têm geradores.

Essas pessoas humildes, o senhor acha que a sua empresa, já que o senhor faz parte de várias... Eu estou vendo: o senhor está em vários conselhos. Aliás, a Polícia Militar, os aposentados, os coronéis - eu conheço muitos conselhos do governo - ganham tempo, né, com isso. E eu queria saber o que o senhor pensa dessas pessoas que perderam tudo, que a geladeira... Guardou tudo o que pôde... Que ganha, tenta comprar alguma coisinha para poder comida aos filhos. E a geladeira ficou desligada, estragou tudo.

No que a empresa pode ajudar essas pessoas mais humildes, já que o fundão da zona sul está sem luz, o fundão da zona leste está sem luz, Carapicuíba está sem luz. Eu sei, porque os prefeitos me ligam. Eu liguei para a Enel; é mais fácil você falar com o papa do que falar com vocês. Então, eu não vou falar o que eu penso dessa empresa, mas eu gostaria que o senhor me desse essa resposta: como é que o senhor se sente, como policial, coronel graduado - como eu sou delegado -, que é o maior cargo? O senhor fez um bom trabalho na Polícia Militar, que eu sei, eu o conheço, quando eu o vi aqui, eu já vi que o conhecia. O que o senhor pensa em trabalhar numa empresa dessa? Eu sairia fora dela, não passaria nunca mais na porta. O que o senhor acha dessa ideia que eu dei para o senhor?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Bom, primeiro, eu não trabalho na Enel. Certo? Eu não trabalho na Enel.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - O senhor é conselheiro e (Inaudível.) o senhor aqui na CPI responder pela Enel. (Vozes sobrepostas.)

**O SR. GILMAR OGAWA** - A primeira coisa que eu coloquei na apresentação foi que os conselhos são independentes e não subordinados às concessionárias. A nossa relação é com a Aneel. Ela é que estabelece a forma como funcionam os conselhos de

consumidor de energia elétrica. É um órgão federal. Então, esse link com a Enel não existe, entendeu? E eu, é como eu falei, fui indicado pela federação para representar a classe rural. É uma coisa. A classe rural. Representar o produtor rural nessas questões ligadas à energia elétrica.

E eu estou fazendo esse serviço aí, tanto é que na foto que a gente passou ali, não sei se o senhor estava presente, a gente fez, esse ano, uma reunião com os produtores rurais para resolver problemas específicos daquele público. Lá onde estava havendo o problema. E não foi no horário comercial; foi à noite, fora do horário de expediente. Então, a gente se esforça no sentido de atender ao máximo possível desses consumidores.

O senhor vai dizer assim: se eu não fico triste porque o cara perdeu tudo. É claro que eu fico triste, da mesma forma como eu fico triste quando tem uma enchente que leva tudo do cara embora. E eu já morei em lugar...

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Presidente, para mim está tudo bem, a resposta está certa. Eu não entendi por que o senhor veio aqui; já descobri que foi o deputado Oseias que pediu para o senhor vir. Na verdade, não tem muito a ver... Aqui nós temos que trazer - como vocês vão trazer dia 14 o presidente - quem manda. Não adianta ficar ouvindo essa conversa aí, que não vai levar a lugar algum.

Não tem poder nenhum dentro da empresa. E a gente aqui está ouvindo. Desculpa, o senhor não tem nada a ver com isso. Eu jamais o traria aqui. Tem que trazer quem assina, quem escreve... Mas tudo bem, obrigado, estou satisfeito. Não faço parte da CPI, está tudo certo. Obrigado.

**O SR. GILMAR OGAWA** - O conselho, por natureza, é só consultivo.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Obrigado. E desculpa até a pergunta um pouco mais forte. Eu quis falar, achei que o senhor... Mas não adiante. Aqui tem que trazer quem manda mesmo, e pô-lo no lugar dele.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputado, então você já fica convidado. Terça-feira que vem...

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Já anotei aqui na minha agenda. Às nove e meia da manhã.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Nove e meia.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Vou ser o último, para não atrapalhar vocês.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Não, por favor, você pode ser um dos primeiros.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Eu acho que nós temos que... A reclamação está muito grande. Eu vi o Marcolino falando, eu acho que... Agora, a gente aqui... Não vai levar a lugar nenhum. Desculpa.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Pela ordem, presidente. Se eu puder fazer uma pequena discordância. O Caio também disse que é inócua. Eu não acho. Eu achei bastante elucidativo. Eu achei elucidativo para a gente entender como funciona, quem é o presidente, como ele foi eleito; e a gente perder a esperança de que o Conselho do Consumidor de Energia Elétrica de fato represente o consumidor de energia elétrica no estado de São Paulo.

E aí eu acho que a CPI tem que agir nesse sentido. Existe um problema. A gente ouviu aqui que o conselho não tem capacidade de representar e ouvir o consumidor. Então, existe um problema na sua atribuição de função pública, e a gente tem que intervir. Foi esclarecedor, no meu ponto de vista.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - O conselho é igual à rainha da Inglaterra.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Mais uma coisa para a gente agir.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Consultivo, né. Serve para nada.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Aliás, presidente, vou apresentar na próxima reunião alguns requerimentos de informação à Federação da Agropecuária.

A gente precisa entender como é que a entidade entende a sua participação nos conselhos, como é que faz a indicação dos conselheiros, se tem consciência de que a gente entendeu isso sobre a sua indicação e se pretende - até porque eu acho que os trabalhadores rurais do estado de São Paulo também foram afetados e têm interesse de que a sua cadeira no conselho seja bem ocupada -, se tem interesse e preocupação de fazer as indicações de forma que os seus conselheiros possam de fato representar os consumidores.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pela ordem, deputado Luiz Claudio Marcolino.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Rapidamente, Sr. Presidente, até por ter já utilizado da palavra aqui no começo: o Sr. Gilmar colocou que é só no dia 29 a data da reunião do conselho, é isso? Está marcado para o dia 29?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Sim.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Então queria fazer uma sugestão. Ver aqui se o senhor, como presidente, pode antecipar essa reunião do conselho, tentar fazê-la já esta semana, ou na próxima semana, porque seria importante ter uma recomendação do conselho para a Aneel. Eu fiz essa pergunta no início, o senhor não me respondeu - a relação que tinha do conselho com a Aneel. Dá uma impressão de que a relação é mais com a Enel do que com a Aneel.

**A SRA.** - Aneel também está junto com a Enel.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Não, eu sei, mas agora ele deixou claro: não, ele responde, a relação é toda com a Aneel. Se é, eu acho que é importante, a partir da fala dos diversos deputados aqui, todos com o mesmo entendimento em relação ao que aconteceu nesse final de semana... E não é um problema ocasional; não foi só nesse final de semana. Não teria uma CPI da Enel aqui

na Assembleia Legislativa se esses problemas não estivessem acontecendo de forma rotineira em todas as 24 cidades nas quais a Enel faz a gestão.

É esse debate que nós estamos fazendo. Agora, se tem um conselho que faz um acompanhamento, que faz avaliação, que dá uma nota pelos trabalhos, então seria muito importante, até para o conselho mostrar a sua função e a sua independência em relação à Enel aqui na cidade e no estado de São Paulo, nas 24 cidades, que vocês pudessem fazer o relatório a partir da leitura que essa cidade está colocando, a leitura que esta CPI está trazendo.

E tenha uma leitura fidedigna do momento até agora, e que não é só desse final de semana, já é recorrente nos meses anteriores. Que pudesse ter uma avaliação diferente do que o conselho tenha passado para a Aneel, até para a Aneel poder fazer as suas considerações, também, em relação ao contrato de concessão da Enel aqui no estado de São Paulo.

Então, eu queria solicitar e ver de V. Exa. se é possível antecipar essa reunião; em vez de ser no dia 29, antecipar, e poder ter um parecer mais efetivo do que está acontecendo neste momento, uma avaliação mais precisa da Enel, até em relação à nota que V. Exa. já apresentou no período anterior. Então, queria colocar essa sugestão e ver de V. Exa. se vocês podem - esse conselho - antecipar essa reunião.

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD - Sr. Presidente, pela ordem.**

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Pela ordem, deputado.**

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD -** Eu quero só reiterar a importância da visita hoje aqui e dizer que esta é uma CPI que está investigando. Nós estamos procurando fatos. Eu acho que os fatos esclarecidos nos dão total teor para a gente se posicionar, acima de qualquer coisa. Porque, acima de tudo, numa catástrofe, que a gente acaba de viver, com tudo o que a gente viu desde o dia três, eu reitero: a gente ainda ter a nota oito, eu confesso que isso já é o suficiente para validar a presença do nosso convidado aqui. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL -** Obrigado, deputado. Agora, para finalizar...

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Eu queria só ver do Gilmar se é possível antecipar essa reunião do conselho, que foi uma pergunta que eu fiz... (Vozes sobrepostas.)

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Desculpa, deputado. Coronel, responder a pergunta do deputado.

**O SR. GILMAR OGAWA** - O senhor quer que eu antecipe a minha reunião?

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Eu estou perguntando: o senhor, como presidente do conselho, deve ter previsão... (Vozes sobrepostas.)

**O SR. GILMAR OGAWA** - Eu posso colocar isso na pauta da próxima reunião, para que os membros do conselho decidam sobre uma eventual necessidade de se questionar a Aneel sobre os procedimentos futuros com relação ao aprimoramento do modelo em situações de eventos climáticos extremos. Isso, até a gente pode fazer, sugerindo para que esse tema seja colocado dentro da agenda da Aneel. Isso aí não tem problema, não. Eu espero que dessa forma eu atenda ao seu pedido, até como consumidor de energia elétrica.

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD** - Pela ordem, Sr. Presidente, só para concluir.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Por favor.

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD** - No estatuto da instituição, não existe nenhuma forma que possa deliberar uma reunião em eventos extraordinários, como nós acabamos de viver, de conviver, de vivenciar?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Não entendi muito bem a pergunta. Perdão.

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD** - Vou melhorar. No estatuto, não existe a hipótese de haver reuniões extraordinárias, tendo em vista, inclusive, eventos como este que acabamos de viver no dia três? O estatuto não delibera isso?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Nós não temos estatuto; nós temos um regimento interno...

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD** - Que seja, o regimento.

**O SR. GILMAR OGAWA** - ... em que é possível haver reuniões extraordinárias, tanto é que eu falei que no mês de outubro nós tivemos três reuniões, quando deveria ter normalmente só uma, por conta de... (Vozes sobrepostas.) Não especificamente por causa desse problema aqui.

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD** - A minha pergunta agora: por causa desse problema, aconteceu alguma reunião extraordinária?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Não.

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD** - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pela ordem, deputada Carla Morando.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Bom, finalmente chegou minha vez. Quero primeiro agradecer a presença do coronel Gilmar, por estar aqui prestando essa contribuição à nossa CPI. Eu quero primeiro fazer aqui uma leitura. Esse conselho, ele é voltado... É consultivo, voltado para orientação, análise e avaliação das questões ligadas ao fornecimento, à tarifa, à adequação dos serviços prestados ao consumidor final, que rege... Pelo regimento interno e pelas disposições da Aneel, isso é... Questão contratual.

Conselhos, normalmente assim consultivos, não são ouvidos. A minha pergunta, primeira pergunta, é: o Conselho é ouvido? Quando vocês fazem alguma sugestão, ela é acatada?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Existem várias sugestões que a gente coloca nas consultas públicas que são acatadas sim.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Os senhores ficam sabendo isso?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Mas eu não vou dizer para a senhora que todas são acatadas, porque existem algumas que - ou regulatória ou a parte técnica - não permitem que elas sejam acatadas. Mas, de qualquer forma, na maioria das vezes a gente tem buscado colocar as nossas observações para que a Aneel, principalmente, que é o órgão regulatório, regulamente isso de forma favorável ao consumidor final.

Sempre a gente faz isso. Por exemplo, é uma coisa que eu venho brigando há vários anos, por exemplo, que na hora de divulgar os índices tarifários não se divida pelo efeito médio, mas por subgrupos, porque os índices por subgrupo são diferentes, ok? Tem índice, por exemplo nesse caso da última revisão, que deu menos 10. No caso do rural, deu cinco positivo, entendeu? No caso do pessoal de subterrâneo, deu também 6 ou 7 positivo...

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Nove. Nove...

**O SR. GILMAR OGAWA** - E de índice na área do comércio, da indústria, deu menos 1,12. Então esse foi um pedido que a gente fez durante a audiência pública, durante essa consulta pública também, que a gente mandou, e durante a defesa oral que a gente fez lá em Brasília na reunião de diretoria. E, no final das contas, aquilo que eles não tinham apoiado, eles acabaram voltando atrás.

E nessa revisão tarifária, graças a Deus, eles divulgaram os números por subgrupo, o que é muito bom para que cada um tenha exatamente a noção de quanto o seu índice de reajuste irá ocorrer, e não pelo efeito médio.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Perfeito.

**O SR. GILMAR OGAWA** - É só para exemplificar. Um exemplo.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Sim, sim.

**O SR. GILMAR OGAWA** - Mas existem outras coisas...

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - No caso de sugestões... Porque aqui no Regimento Interno do Conselho dos Consumidores, ele estabelece que ele serve para representar os interesses de todas as classes de consumidores de energia elétrica, questões junto à distribuidora, analisando e avaliando as questões ligadas ao fornecimento, custo, tarifa, preço, qualidade dos serviços prestados, conforme disposto no capítulo 4, Art. 9º, da resolução da Aneel de 2021, e levar isso ao conhecimento - as reivindicações propostas.

De que maneira o Conselho capta essas informações, já que não tem um diálogo junto à população? Como que vocês chegam à conclusão de que... O que cinco... São cinco conselheiros, pelo que eu li aqui?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Sim.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Se depois o senhor puder também falar cada um dos conselheiros... Esse do Residencial Comercial Industrial, o rural, que é o senhor, e o poder público... O que que cada um contribui?

De que forma ele coleta a indignação de cada classe para que vocês consigam chegar a uma conclusão de que o que os cinco conselheiros estão colocando é o que realmente é sentido pelo consumidor final? Como que é feito esse trabalho? É um trabalho de campo? Sai pesquisando, buscando, ligando? Onde que tem essa informação?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Obviamente, a gente não é onipresente. Nós não podemos estar em todo lugar durante todo tempo. Então o que que a gente faz? A gente se vale da entidade que a gente representa para captar essas informações.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - E cada um dos representantes...

**O SR. GILMAR OGAWA** - No nosso caso aqui específico da Enel, nós temos um sindicato rural que congrega 30 municípios e que representa os produtores rurais lá na ponta da linha.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Certo.

**O SR. GILMAR OGAWA** - Então o que acontece... Esse pessoal presta suas reclamações. Essas reclamações chegam a mim, enquanto representante da classe rural, e a gente encaminha quando elas são pertinentes. E quando dá para a própria Enel prestar soluções àquele problema, a gente encaminha essas demandas para a própria Enel ou para a própria Aneel, se houver necessidade de mudanças no regulatório.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - O senhor consegue me falar quem que é da classe residencial - o conselheiro titular? Qual o nome dessa pessoa, da classe residencial?

**O SR. GILMAR OGAWA** - O residencial? É Renato...

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Porque assim, pelo que eu conheço, não existe um...

**O SR. GILMAR OGAWA** - Renato Tichauer. Ele é presidente da Assosindicos, que é a Associação Estadual de Síndicos do Estado de São Paulo.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Como que chama?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Renato Tichauer. O da classe...

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Comercial...

**O SR. GILMAR OGAWA** - Poder público é a Dra. Dalva Cristofolletti...

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Essa Dra. Dalva, onde que ela fica? De qual...

**O SR. GILMAR OGAWA** - Ela é da Associação Paulista de Municípios.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Aí tem aqui o Industrial...

**O SR. GILMAR OGAWA** - Industrial é o senhor Ruy Bottesi, que é o representante da Fiesp.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Fiesp... E o Comercial?

**O SR. GILMAR OGAWA** - O Comercial é o senhor Jorge Badra, que é representante da Federação do Comércio.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Perfeito. E o que eu li aqui, que me chamou a atenção... O senhor disse que o senhor não é remunerado... O Conselho... Eu sei que não existe remuneração, mas que pagariam o deslocamento para vocês irem até Brasília, enfim, e que isso consta na conta de energia elétrica. Certo?

**O SR. GILMAR OGAWA** - É um percentual que é retirado da tarifa...

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Mas se ele é retirado...

**O SR. GILMAR OGAWA** - Mas isso... Quem faz esses cálculos não somos nós...

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Então, porque aqui...

**O SR. GILMAR OGAWA** - É a Aneel. A Aneel emite um documento anualmente e ela diz: “Olha, esse Conselho vai ter tanto de recurso”. E em cima disso...

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - No caso aqui do Regimento Interno, chamou-me a atenção o parágrafo primeiro: “Poderá participar do Conselho como convidado, sem direito a voto e sem reembolso de despesas decorrentes de alimentação, deslocamento, estada ou transporte, de um representante titular e um suplente do Ministério Público, ou da Defensoria Pública, ou do órgão de proteção de Defesa do Consumidor, do âmbito local ou regional, que atuará em acordo com este Regimento Interno”. Como que é isso? Então aqui fala que não tem reembolso...

*Divisão de Registro de Pronunciamentos*

**O SR. GILMAR OGAWA** - Não, porque eles são do poder público. Então por isso que eles não podem fazer parte. Eles não podem ter suas despesas custeadas pelos consumidores.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Mas aí, no caso, os conselheiros... Os cinco poderiam e o restante não? É isso?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Os cinco?

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Os cinco conselheiros que são das classes: Residencial, Industrial... Esses têm o direito...

**O SR. GILMAR OGAWA** - Esses podem.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - E o restante não. E eles, nesse caso, como eles não...

**O SR. GILMAR OGAWA** - Qual que é o restante que a senhora fala?

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Que o senhor falou, do poder público...

**O SR. GILMAR OGAWA** - Ah sim, esses que são convidados, né?

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Ministério Público, Defensoria...

**O SR. GILMAR OGAWA** - É.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Proteção de Defesa do Consumidor... Eles não têm esse custeio para deslocamento...

**O SR. GILMAR OGAWA** - Não, não têm.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - No caso desse... O motivo de não ter esse custeio de deslocamento... Como que eles fazem? Como eles participam? Ou eles acabam não indo porque têm essa dificuldade? O senhor, quando vai para Brasília, sempre vai alguém da Defensoria, do Ministério Público, do Procon? Ou não?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Não.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Não?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Porque muitas vezes a gente é convocado pela Aneel para ir participar de reunião lá.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Então, mas esse pessoal acaba não indo?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Não. Não vai porque eles não fazem parte do Conselho.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Sim, mas eles podem participar do Conselho...

**O SR. GILMAR OGAWA** - Se eles quiserem ir por conta própria, eles podem ir. Não tem problema.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Mas o senhor não acha que seria muito importante ter Ministério Público, Defensoria? Porque são órgãos públicos que fazem um trabalho muito importante. O Procon, que recebe milhares, milhares e milhares de denúncias para poder trazer também essa contribuição. É uma coisa que eu imagino que, assim... O Conselho já existe porque é obrigado, uma obrigatoriedade que é contratual.

**O SR. GILMAR OGAWA** - Não. É uma obrigatoriedade imposta pela lei federal.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Então, exato.

**O SR. GILMAR OGAWA** - Não é contratual.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Que é o regimento... É. Exato. E aí existe esse Conselho, que ele não pode obrigar que aquilo aconteça, porque ele é somente consultivo. Mas é ele que leva toda a informação do setor do comércio, através da Fecomercio, através do Sindicato dos Síndicos lá, que o senhor está falando, do Rural, enfim.

Vocês sabem o que está acontecendo, levam o que é para ser feito e não têm direito de uma... Além de uma proposta, mas de brigar para que isso aconteça e ser uma obrigatoriedade. Diferente do que se tiver de repente junto um Ministério Público, ele chega e fala: “Não, espere aí. Isso daqui é muito importante.”. Ele pode tomar outro tipo de ação.

Porque aqui o que eu percebo... Eu estava dando uma olhadinha nas avaliações de resultado regulatório, que o senhor me emprestou para dar uma olhada, e aqui fala: “Qual a sua opinião geral sobre as intervenções regulatórias promovidas pela Regulação nº 888, de 2020?”. “Concordo com a maior parte.”.

E aí eu entro aqui e fala que outras entidades... Porque aí, sobre a questão de iluminação pública e a questão da confiabilidade de dados, vocês questionam que tanto o MP tomou posicionamento contra a Abradi... No meio do consumidor que arca com a taxa, cujos valores não se pautam por mensurações confiáveis a cobranças com base em estimativas médias, não propiciavam certeza do preço justo pelo serviço prestado, cuja qualidade também é bem questionável, porque nem sempre pode-se dizer que o serviço de iluminação pública atende plenamente à qualidade desejada e percebida.

Bom, é extenso, mas eu percebo que vocês têm as proposituras e os pareceres, mas sempre existe alguém do lado da empresa brigando para que aquilo não possa acontecer, porque o que eles estão visando é sempre mais e mais lucro.

Então essa questão de confiabilidade, de transparência, que o conselho deveria poder ter uma voz mais ativa é que eu questiono. Não questiono o conselho, porque ele é deliberativo. Eu não questiono a questão desses nomes indicados, porque cada um está representando exatamente a classe a que se diz, mas questiono por que ele existe, se ele não tem voz. É muito complicado, porque, assim, falar, falar e falar, que nem nós aqui estamos falando...

**O SR. GILMAR OGAWA** - Ah, ele tem voz, mas ele não é deliberativo, ele não pode impor nada para a Aneel.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Não impor, mas brigar e tornar público.

**O SR. GILMAR OGAWA** - Isso a gente faz.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - E tornar público de que a Aneel...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Para finalizar, deputada.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Eu comecei agora.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Não, já tem mais de 10 minutos que a gente está na contagem aqui.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Bom, mas vamos lá. A Aneel, ela... Na verdade, o que eu tenho percebido é que a Anel está mais para o lado, pendendo mais para o lado das distribuidoras do que do próprio consumidor, né? E seria o contrário que deveria acontecer.

Mas, enfim, também olhei aqui - bem rapidinho, Thiago -, nessa questão da consulta pública, que vocês colocaram que a verificação da prestação serviços adequados será realizada a partir de indicadores de duração de frequências médias e interrupções do serviço e sustentabilidade econômico-financeira. E vocês concordam, sugerindo que essas médias sejam particularizadas.

Isso é fundamental, porque hoje eles fazem, de forma macro, uma avaliação que é errada, errônea, porque um está bem e o outro está muito ruim, e na média está tudo bem. Eu acho isso perfeito, mas aí, no final, para finalizar, nas considerações finais, louve-se a presente consulta pública, porque abre a possibilidade de o consumidor de energia elétrica se manifestar sobre esse assunto de alto interesse.

Dada a relevância, entendemos extremamente curto o prazo de estudo de conteúdo de nota técnica, que não é pouco, e ressaltar que as atividades do conselho de

consumidores pelo regulatório, em especial na resolução normativa, estabelece que ela é voluntária e não remunerada e seus membros não têm dedicação exclusiva - óbvio -, normalmente se reúnem uma vez por mês. Eles deram um prazo muito curto...

**O SR. GILMAR OGAWA** - Isso acontece mesmo, viu?

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - E vocês não conseguem se manifestar. Então, assim, isso tudo é questão regulatória, é questão que quem coloca é a Aneel. E por que dessa forma? Porque é tão açodado uma consulta pública de algo de interesse nacional, já que eles estão falando por toda a energia distribuída pelo nosso país?

Então tem muita coisa que a gente percebe do porquê existe a Aneel: para cuidar da agência ou para cuidar do consumidor e regular o serviço e fazer com que tenha uma boa prestação de serviços? Então o meu questionamento não é o conselho, mas sim o que é que a Aneel e todo aquele monte de gente...

Eu e o Thiago estivemos lá representando a CPI um mês atrás mais ou menos, né, Thiago? Existiam ali mais de 20 diretores falando com a gente, mas parecia que eles estavam do outro lado que não o do consumidor. Então o meu questionamento fica para Aneel, a Aneel e o governo federal, mas é isso.

Gostaria muito de agradecer mais uma vez os seus préstimos tanto para o conselho quanto também aqui na nossa CPI, mas entendo que o senhor está, da mesma forma que nós, consumidores, sem uma voz ativa, sem ter muito como ingerir em uma questão federal e que fazem questão de tirar todos os consumidores de lado.

**O SR. GILMAR OGAWA** - Olha, essa questão, por exemplo, de prazo, é uma coisa que eu sempre tenho brigado há muito tempo com eles, porque muitas vezes chegam esses documentos para a gente fazer análise e são documentos calhamaço, deste tamanho aqui, às vezes 100, 130, 450 páginas, tudo cheio de fórmula. Não é fácil ler um documento desse aí, né? E aí a gente não tem todo o tempo necessário para fazer essas análises, né?

Então, nesse aspecto, até agradeço à senhora ter reconhecido, porque a gente tem essa dificuldade. Realmente a Aneel ela tem algumas falhas com relação ao consumidor que deveriam...

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Gravíssimas, né?

**O SR. GILMAR OGAWA** - ...estar sendo priorizadas de uma maneira mais efetiva, né? Nem sempre isso acontece, por isso é que eu brigo muito através desses documentos de consulta pública que a gente faz. Sempre tem muitas coisas que eu acabo sendo repetitivo em vários outros documentos, que é para o cara “não esquecer a minha Caloi”, entendeu?

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - É, mas eu entendo...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputada, para finalizar, por favor.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Eu entendo a questão do conselho, porque, mesmo no privado, eu sou, eu era franqueada de uma rede grande, e o conselho era meramente por uma obrigatoriedade, que chegava o que era para fazer e ponto. No fim, nem olhavam o que os franqueados estavam ali questionando. E é isso que eu percebo também do conselho, que é obrigatório pela regulação, mas que eles não dão atenção, fazendo com que os senhores tenham todo esse trabalho e eles pouco se importam, é mais ou menos o que eu estou percebendo aqui, mas agradeço...

**O SR. GILMAR OGAWA** - É, às vezes a gente prega no deserto, né?

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Vi que o senhor está aqui questionando bastante.

**O SR. GILMAR OGAWA** - A senhora pode perceber que eu questiono, né?

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Só rapidamente eu acho que é importante essa decisão da deputada Carla Morando. Eu também compactuo com ela em relação à Aneel, até pelo que nós estamos levantando, mas só perguntar aqui para o Gilmar. O Gilmar tem acompanhado, tem uma relação direta também lá com os dirigentes da Aneel lá em Brasília.

A Aneel, hoje, quem está lá como diretores, eles têm o mandato, né? Então queria só perguntar para o Sr. Gilmar: as pessoas que estão lá hoje foram indicadas por

este atual governo ou vêm do governo passado? Só para a gente deixar preciso aqui na CPI, acho que é importante, como eles têm um mandato, se esses dirigentes da Aneel hoje, lá em Brasília, vencer o mandato deles, eles foram indicados por este governo ou pelo governo anterior?

**O SR. GILMAR OGAWA** - Está perguntando para mim? Olha, sempre que a gente pode fazer alguma coisa defendendo os interesses do consumidor, a gente está fazendo. Isso aí...

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Não, não. A minha pergunta foi assim: tem lá uma direção da Aneel hoje. Os dirigentes da Aneel têm mandato. Como tem a Arsesp aqui em São Paulo, eles têm um mandato. A Aneel também tem um mandato. Estou perguntando assim: hoje os dirigentes da Aneel lá em Brasília foram indicados por este atual governo ou pelo governo anterior? Quer dizer, eles estão cumprindo ainda o mandato do governo anterior? Como vocês têm contato com eles, o senhor deve ter essa informação.

**O SR. GILMAR OGAWA** - O mandato deles é indicação do governo federal, né? A gente não dá pitaco nenhum, desculpa a expressão, nessa parte aí, né? E como eles têm um viés, a maioria tem um viés muito técnico, então a gente acredita que eles devam estar buscando um aprimoramento do modelo do sistema elétrico brasileiro.

Nem sempre esses objetivos são atingidos da forma como a gente desejaria. Eu, como consumidor, às vezes me sinto não tão prestigiado por decisões da Aneel como eu gostaria que fosse. Esse é um fato, tanto é que isso é demonstrado nesses documentos que eu deixei aqui só para exemplificar.

Quando é possível, a gente mete a boca no trombone também. Agora, se a gente vai ser ouvido e vai ser acatado, aí já vai uma distância muito grande. Nem sempre a gente consegue esse intento, mas a gente continua brigando. Estou brigando há muitos anos, né? Algumas batalhas a gente acaba ganhando por muita insistência.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Então muito obrigado, Sr. Gilmar, pela colaboração aqui hoje. Não sei se a deputada finalizou.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Sim, eu finalizei.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Então está bom.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Só para agradecer mesmo a presença, obrigada, mas dizer que o que ficou bastante nítido é que o conselho não tem voz na verdade. O público, a população paga por esse serviço de uma forma outra, mesmo que não remunerado, paga deslocamento, enfim, para não ter uma efetividade. É essa a minha questão final.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - É um conselho “rainha da Inglaterra”.

**O SR. GILMAR OGAWA** - É, somos consultivos, né?

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Mas obrigado, Sr. Gilmar.

**O SR. GILMAR OGAWA** - A senhora sabe como é que é isso, né?

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Eu só fico, até para a gente finalizar, indignado que tanto através da Enel, tanto através do conselho, é sempre querendo jogar a culpa em alguém, né? No caso, é sempre jogar a culpa por conta das árvores, do sistema arbóreo, mas parece que são 24 prefeitos incompetentes que não cortam as suas árvores, não têm a responsabilidade.

O que me estranha é que, por exemplo, até o governador falou isso das outras concessionárias de energia, que rapidamente restabeleceram a energia. Ele até deu exemplo do evento que teve no Carnaval em São Sebastião, aquela tragédia. Então parece que os outros prefeitos das outras cidades cumprem o seu papel, mas aqui, especificamente na Enel, infelizmente eles não cumprem. É óbvio que é uma mentira, né, você acusar o outro, jogar a culpa para os prefeitos. É muito fácil.

Até hoje, a deputada já tinha falado isso, eu acho que essa questão dos funcionários, dos caminhões parados, Carla, e até a gente falou disso ontem, deputado Marcolino, que como é que a Enel justifica que o quadro de funcionários dela é adequado... (Voz fora do microfone.) Não, não, não, não. Na próxima a gente coloca. Se

*Divisão de Registro de Pronunciamentos*

eles queriam trazer colegas da Enel Rio para ajudar na operação agora aqui, então mostra que a Enel obviamente não está preparada.

Mas, na semana que vem, a gente deixa essas perguntas e fazemos essas colocações aos presidentes da Enel São Paulo e Enel Brasil, porque a gente sabe que o serviço deles... Aqui foi dada a nota 8, mas a gente sabe que é uma porcaria de serviço, que infelizmente até um prefeito colocou na reunião que era o câncer daqui da Região Metropolitana de São Paulo, o câncer da cidade de São Paulo, da região metropolitana é a Enel. Infelizmente a gente tem que conviver com isso, mas, se Deus quiser, através do nosso trabalho a gente vai conseguir colocar um ponto final.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a nossa reunião.

\* \* \*

- Encerra-se a reunião.

\* \* \*